

M

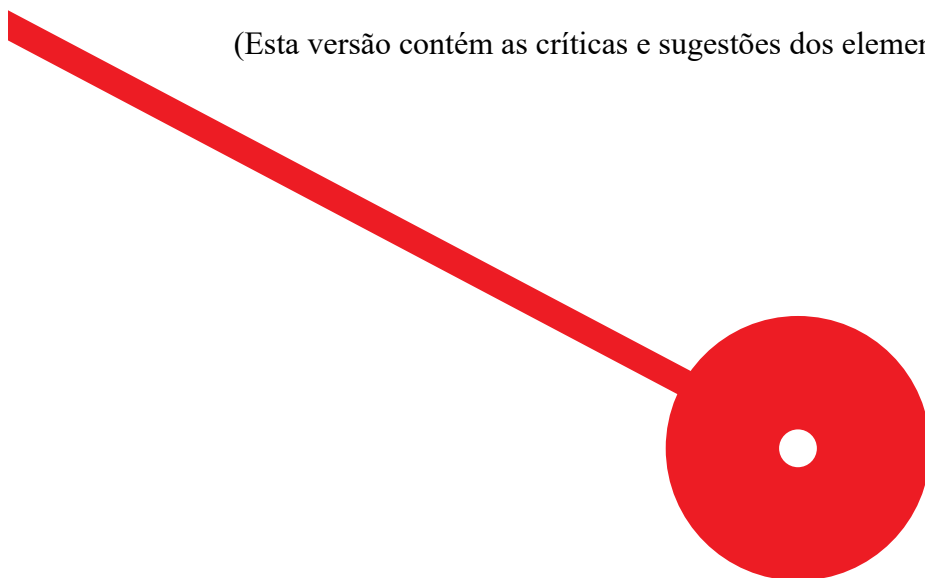
MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

A escolha do modelo na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis: Sociedades anónimas

Patrícia Daniela Teixeira de Almeida

10/2023

(Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri)



M

MESTRADO
CONTABILIDADE E FINANÇAS

A escolha do modelo na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis: Sociedades anónimas

Patrícia Daniela Teixeira de Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação de Rui Filipe Pereira Bertuzi da Silva

Patrícia Daniela Teixeira de Almeida. A escolha do modelo na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis: Sociedades anónimas
10/2023

Aos meus pais

Agradecimentos

Em primeiro lugar, ao professor Rui Bertuzi, pela sua orientação, contribuição e disponibilidade que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Seguidamente, aos meus pais, a quem dedico esta dissertação, por acreditarem sempre que sou capaz de atingir qualquer objetivo que me proponha e por me apoiarem incondicionalmente nas decisões que tenho vindo a tomar ao longo da minha vida. Um agradecimento nunca será suficiente para estes Seres que são a personificação da humildade e do amor incondicional.

Ao meu irmão, pelo carinho e pelo maior exemplo de força, que apesar da distância esteve sempre presente ao longo da minha vida.

Ao meu namorado, a minha maior fonte de apoio e companheirismo, pela paciência nos momentos mais difíceis, pela assertividade das suas palavras e por permanecer sempre ao meu lado em todas as minhas fases. Serei eternamente grata, por ser aquele que sempre me motiva em dias de desânimo. Estou certa que a elaboração deste trabalho tornou-se mais leve por tê-lo na minha vida. Obrigada.

Por fim, a todas as pessoas que fizeram parte deste percurso... OBRIGADA!

Patrícia Almeida

Resumo:

Esta dissertação tem como objetivo identificar e analisar os determinantes que influenciam e são influenciados, nas Sociedade Anónimas que constam na base de dados SABI, na escolha do método a adotar na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis, no período compreendido entre 2015 e 2021.

Tendo em conta que a adoção do modelo de revalorização aumenta o valor do capital próprio, este fator pode tornar-se crucial no momento de contratação de financiamento para a empresa, uma vez que o capital próprio se torna mais apelativo para eventuais investidores. Assim através desta variável, entre outras identificadas pela literatura, testam-se os determinantes que levam à escolha do modelo de revalorização na amostra, bem como os que são influenciados pelo mesmo. No que concerne à seleção dos fatores, que serão alvo desta investigação, estes seguem os seguintes critérios: insuficiência de literatura, divergência de literatura e interligação entre si.

Após a identificação dos fatores que são influenciados pela adoção do modelo de revalorização, através de um modelo de regressão linear identificou-se que o preço das ações, o retorno do capital próprio e o retorno do ativo são influenciados positivamente, ao passo que resultados transitados negativos são atenuados pelo mesmo.

Já no que diz respeito aos fatores que influenciam a adoção do modelo de revalorização concluiu-se que uma empresa tenderá a revalorizar quanto maior for a sua necessidade de financiamento, a sua autonomia financeira e a sua dimensão e quanto menor for a sua liquidez.

Complementarmente, analisou-se o impacto dos impostos diferidos através de um caso de estudo, no qual se evidenciou a desvantagem dos passivos por impostos diferidos na adoção do modelo de revalorização.

Deste modo, a presente investigação contribui com a inovação da introdução da variável preços das ações, bem como reforça as conclusões já obtidas por outros estudos.

Palavras chave: Modelo de Revalorização; Modelo do Custo; NCRF 7; Excedente de revalorização

Abstract:

This dissertation aims to identify and analyze the determinants that influence and are influenced, in the Public Limited Companies included in the SABI database, in the choice of the method to adopt in the subsequent measurement of tangible fixed assets, in the period between 2015 and 2021.

Taking into account that the adoption of the revaluation model increases the value of equity, this factor can become crucial when contracting financing for the company, as equity becomes more appealing to potential investors. Thus, through this variable, among others identified in the literature, the determinants that lead to the choice of the revaluation model in the sample are tested, as well as those that are influenced by it. Regarding the selection of factors, which will be the target of this investigation, they follow the following criteria: insufficient literature, divergence of literature and interconnection between them.

After identifying the factors that are influenced by the adoption of the revaluation model, through a linear regression model it was identified that the share price, return on equity and return on assets are positively influenced, while retained earnings Negatives are attenuated by it.

With regard to the factors that influence the adoption of the revaluation model, it was concluded that a company will tend to revalue the greater its financing need, its financial autonomy and its size and the smaller its liquidity.

In addition, the impact of deferred taxes was analyzed through a case study, which highlighted the disadvantage of deferred tax liabilities when adopting the revaluation model.

In this way, the present investigation contributes to the innovation of introducing the share price variable, as well as reinforcing the conclusions already obtained by other studies.

Keywords: Revaluation model; Cost model; NCRF 7; Revaluation surplus

Índice geral

Capítulo - Introdução	1
Capítulo I – Revisão da literatura	4
1.1 A evolução contabilística dos ativos fixos tangíveis em Portugal.....	5
1.1.1 Antes do plano oficial de contabilidade	5
1.1.2 O plano oficial de contabilidade.....	6
1.1.3 O sistema de normalização contabilística.....	9
1.1.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial	10
1.1.3.2 Mensuração subsequente	10
1.2 Impacto fiscal na mensuração subsequente	12
1.2.1 Os impostos diferidos	12
1.2.2 O caso particular do decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de novembro.....	13
1.3 Determinantes para a escolha do método de mensuração	14
1.3.1 O modelo do custo.....	15
1.3.1.1 Evidência empírica	15
1.3.1.2 Principais motivos para adoção do modelo do custo.....	16
1.3.2 O modelo de revalorização (justo valor)	16
1.3.2.1 Evidência empírica	17
1.3.2.2 Principais motivos para adoção do modelo de revalorização.....	20
Capítulo II – Metodologia	22
2.1 Objetivo e metodologia	23
2.2 Amostra e tratamento de dados	25
2.3 Variáveis e hipóteses	27
2.4 Modelos	30
Capítulo III – Estudo empírico	34
3.1 Fatores influenciados pela adoção do modelo de revalorização.....	35
3.2 Fatores implicam a adoção do modelo de revalorização.....	36

3.3	O impacto do decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de Novembro	37
3.4	A predominância do modelo: empresas cotadas vs empresas não cotadas	38
3.5	Estudo de caso: o impacto dos impostos diferidos gerados pela adoção modelo de revalorização.....	39
Capítulo IV – Conclusão		47
4.1	Conclusões gerais	48
4.2	Limitações do estudo	49
4.3	Sugestões de investigação futura.....	50
Referências bibliográficas.....		51
Legislação e outros documentos		57
Apêndices.....		59
	Apêndice – modelo de revalorização – imóvel – revalorização livre	60

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Os AFT (1965-1974)	6
Tabela 2 – Quadro resumo: modelo do custo	16
Tabela 3 – Quadro resumo: Modelo de Revalorização	20
Tabela 4 – Resultados esperados em função da literatura	25
Tabela 5 - Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov - Q1	26
Tabela 6 - Teste de homogeneidade Bartlett – Q1	26
Tabela 7 - Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov - Q2.....	26
Tabela 8 – Teste de homogeneidade Bartlett – Q2.....	27
Tabela 9 - Fatores alvo de investigação na Q1	27
Tabela 10 - Correlação Q1.....	28
Tabela 11 - Fatores alvo de investigação na Q2.....	28
Tabela 12 – Modelo estimado Q1.....	30
Tabela 13 - Modelo estimado Q2	32
Tabela 14 – Teste de hipóteses Q1	35
Tabela 15 - Teste de hipóteses Q2.....	36
Tabela 16 - Análise Q3.....	37
Tabela 17 – A predominância do modelo.....	38
Tabela 18 - Balanço - análise dos impostos diferidos 1	40
Tabela 19 - DR - impostos diferidos 1	41
Tabela 20 - Análise indicadores financeiros 1.....	42
Tabela 21 - Balanço - análise dos impostos diferidos 2	43
Tabela 22 - DR - análise dos impostos diferidos 2.....	44
Tabela 23 - Análise indicadores financeiros 2.....	45

Lista de abreviaturas

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

IAS – *Internacional Accounting Standards*

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

POC – Plano Oficial de Contabilidade

Q1 – Questão de investigação 1

Q2 – Questão de investigação 2

Q3 – Questão de investigação 3

Q4 – Questão de investigação 4

ROA – *Return on Assets*

ROE – *Return on Equity*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

Com a economia global em constante crescimento, as matérias contabilísticas têm de se adaptar e acompanhar esta evolução, pelo que se tornou necessário a criação de normas internacionais, a fim de permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras. Desta forma, a nível nacional surgiu o Sistema de Normalização Contabilística que permite a harmonização com as empresas que adotam as IAS (Calais & Saraiva, 2018).

No que concerne aos AFT, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 estabelece o tratamento contabilístico desta rubrica sendo baseada na IAS 16. Complementarmente, importa referir que a presente norma determina que na mensuração subsequente uma entidade pode optar entre o modelo do custo e o modelo de revalorização, sendo este o ponto fulcral desta investigação.

A escolha do modelo a adotar na mensuração subsequente dos AFT não é um tema com critérios objetivos e obrigatórios, pelo que esta decisão cabe a cada entidade individualmente. Para além disso, o tema constitui bastantes divergências, bem como algumas insuficiências de literatura, como é o caso do estudo da influência do modelo de revalorização no preço das ações. Assim, surge a presente investigação com vista na procura dos fatores que levam a adoção do modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo, bem como aqueles que são influenciados por esta decisão.

Para além disso, quando uma empresa adota o modelo de revalorização, o capital próprio da mesma aumenta, tornando-a mais apelativa tanto no momento de contratação de financiamento bem como para os investidores. No entanto, de acordo com Cardao-Pito e Barros (2016), o modelo de revalorização é complexo e de difícil aplicação, bem como se torna mais dispendioso quando comparado com o modelo do custo (Christensen & Nikolaev, 2013), ainda assim Esteves (2015) afirma que o modelo de revalorização é o modelo do futuro.

Posto isto, para o efeito, optou-se por empresas com forma jurídica de sociedade anónima, de forma a perceber como se comportam as empresas de grande dimensão relativamente a este tema e ainda entender o comportamento das empresas cotadas e não cotadas.

Desta forma, através da revisão de literatura identificaram-se os fatores que influenciam e são influenciados pela adoção do modelo de revalorização e do modelo do custo, posteriormente efetuaram-se testes estatísticos a fim de responder às questões de investigação, bem como se complementou o estudo através num contexto mais fiscal e o seu impacto na escolha do modelo a adotar.

Após a presente introdução, esta dissertação é constituída por mais quatro capítulos. O primeiro capítulo consiste na revisão de literatura, que se inicia por uma evolução histórica dos AFT desde o século XVIII até aos tempos atuais, posteriormente apresenta um enquadramento fiscal sobre o tema e, por fim, efetuou-se uma compilação dos determinantes para a escolha do método de mensuração subsequente, onde foi possível identificar a evidência empírica a favor e contra dos mais diversos fatores. No segundo capítulo explica-se o objetivo e a metodologia da investigação, bem como é exposta a construção da amostra, a formulação de hipóteses e são estimados os modelos para cada uma das questões principais da investigação. No terceiro capítulo são testadas as hipóteses reformuladas no capítulo anterior, sendo os resultados confrontados com a evidência empírica presente na revisão da literatura, bem como é analisado o impacto fiscal da adoção do modelo de revalorização. Por fim, no quarto capítulo são apresentadas as conclusões do estudo, as principais limitações e as sugestões de trabalho futuro.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA

1.1 A evolução contabilística dos ativos fixos tangíveis em Portugal

Na presente secção será apresentada a evolução dos ativos fixos tangíveis, antes do POC, no POC e, por fim, no SNC.

1.1.1 Antes do plano oficial de contabilidade

Em meados do século XVIII, surge a primeira escola de comércio e de contabilidade em Portugal, a Aula de Comércio de Lisboa, na qual era obrigatório o estudo do método por partidas dobradas, que ainda vigora nos dias de hoje (Rodrigues et al., 2003). Nesta escola ensinava-se, entre outros, o “Programa de Método de Escrever em Livros”, tendo como base os seguintes livros: “Borrador”, “Diário”, “Livro do Razão”, “Auxiliares”, “dos Balanços” e “da exemplificação de como se trabalha em partida dobrada” (Lira, 2011; Rodrigues et al., 2003).

Dando especial atenção ao Balanço, segundo Lira (2011), em 1765, os AFT e as suas depreciações não eram mencionados, já que este era mais incompleto do que aquele que vigora nos tempos atuais. Contudo, existem marcos de mensuração dessa altura que prevalecem, nomeadamente a contabilização daqueles que corresponderiam aos AFT, os “Bens Móveis” e os “Bens de Raiz”, uma vez que a diferença entre o justo valor apurado e a quantia escriturada era contabilizado na conta “Ganhos e Perdas” (Lira, 2011).

Neste sentido, os “Bens Móveis” e “Bens de Raiz” eram mensurados de forma análoga ao método de justo valor das propriedades de investimento atuais, ou seja, quando o justo valor é superior à quantia escriturada, a diferença é reconhecida em rendimentos, ao passo que quando o justo valor é inferior à quantia escriturada é reconhecida em gastos. Já no que respeita à atualidade dos AFT, quando o justo valor é inferior à quantia escriturada, efetivamente permanece a contabilização numa conta de gastos (perdas por imparidade). De forma díspar, quando o justo valor é superior à quantia escriturada é reconhecido um excedente de revalorização, isto é, numa conta de capital próprio. É de referir que este reconhecimento apenas é assim tão linear quando se trata do primeiro momento em que se reconhece esta diferença, senão daria lugar a eventuais reversões de perdas por imparidade ou de excedente de revalorização, no caso do justo valor ser inferior à quantia escriturada ou no caso do justo valor ser superior à quantia escriturada do ativo, respetivamente.

Importa realçar que as empresas portuguesas nesta altura, usavam critérios tradicionais para apresentar as suas contas e para elaborar as suas demonstrações financeiras, pelo que não existia uniformidade na informação financeira (Ferreira, 1984).

Assim, através do Código de Contribuição Industrial de 1963, evidenciou-se a necessidade de reformular a contabilidade das empresas, tendo em conta que se estabeleceu que a contabilidade devia seguir os “sãos princípios de contabilidade” e algumas regras de contabilização de gastos e rendimentos, para a determinação do lucro tributável, apesar de não de ser de cariz obrigatório (Ferreira, 1984).

Posteriormente, entre 1965 e 1974, segundo Caria e Rodrigues (2014) foram propostos quatro planos de contabilidade, cuja aplicação não foi adotada. Na Tabela 1 são resumidos estes planos no que concerne à contabilização dos AFT.

Tabela 1 – Os AFT (1965-1974)

	Plano Geral de Contabilidade – Projeto	Plano de Contabilidade para a Empresa	Anteprojeto do Plano Geral de Contabilidade	Plano Português de Contabilidade
Ano	1965	1970	1973	1974
Designação dos AFT	Imobilizado	Imobilizações	Imobilizações	Imobilizações
Classe de contabilização	Classe 1	Classe 2	Classe 2	Classe 3

Fonte: Elaboração própria adaptado de Costa (1995)

Apesar do “insucesso” de implementação geral dos planos referidos anteriormente, estes serviram de base para a futura implementação do POC de 1977 (Caria & Rodrigues, 2014).

1.1.2 O plano oficial de contabilidade

Após um século, desde a publicação da primeira tentativa de normalização em Portugal, o Código de Contribuição Industrial, surge o primeiro referencial contabilístico português, o POC de 1977, publicado através do decreto-lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro (Pinheiro et al., 2013). Segundo Falcão et al. (2019), este conferiu um cariz universal e uniforme à contabilidade da maioria das empresas, não sendo aplicável às instituições de

crédito e seguros, pelo que se tornava o primeiro plano contabilístico de sucesso em Portugal.

Relativamente aos AFT estes eram designados por “imobilizações corpóreas” e integravam os elementos patrimoniais tangíveis, móveis ou imóveis, que a empresa utilizava na sua atividade sem o objetivo de serem vendidos ou transformados e com carácter de permanência superior a um ano, devendo os mesmos serem contabilizados na classe 4¹. Segundo o capítulo XII deste normativo, ponto 2.5, eram mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição que engloba o valor da fatura, bem como os gastos necessários para a sua entrada em funcionamento¹.

De acordo com Caria e Rodrigues (2014), o POC de 1977 apenas informava os critérios de mensuração e os princípios contabilísticos a serem adotados, sendo assim limitado. Este entrave era visível na mensuração subsequente dos AFT, uma vez que eram mencionadas as contas para o caso de aumentos da expressão monetária destes ativos (*Reserva de reavaliação de imobilizações*) bem como para as depreciações (*Amortizações e reintegrações do exercício - De imobilizações corpóreas*), mas não estava explícito o critério de mensuração alocado a cada situação.

Posteriormente, em 1986, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia a CNC considerou o POC/77 desatualizado face à nova realidade, sendo indispensáveis os devidos ajustamentos das matérias contabilísticas às Diretivas Comunitárias (Falcão et al., 2019). Como consequência desta adaptação, surge o POC de 1989, através do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, que revogou o POC de 1977 (Falcão et al., 2019).

No que respeita aos AFT estes continuaram a designar-se e a serem definidos como era estipulado no POC de 1977, no entanto, em termos de mensuração inicial estes passaram a ser mensurados pelo custo de aquisição ou pelo custo de produção². O custo de aquisição incluía o preço de compra e todos os gastos inerentes para colocar o ativo no seu local e condições atuais, já o custo de produção englobava o custo das matérias-primas e outros materiais diretamente consumidos, a mão de obra direta, os custos industriais variáveis e os custos industriais fixos, indispensáveis para produzir e colocar o ativo no local e condições atuais (Oliveira, 2009).

¹ Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro, 1977

² Decreto-lei n.º 410/89 de 21 de Novembro, 1989

Em relação à mensuração subsequente, divulgou-se que um imobilizado corpóreo devia ser amortizado (depreciado) sistematicamente ao longo da sua vida útil² tendo como base as regras fiscais (Oliveira, 2009). Adicionalmente, destacou-se o reconhecimento de amortizações extraordinárias, que atualmente corresponderiam às perdas por imparidade, quando o valor contábilístico for superior ao valor do imobilizado corpóreo, sendo que a mesma não devia ser mantida quando deixarem de existir os motivos que a originam² (Oliveira, 2009).

Face à situação inflacionista que se vivera na altura, os ativos imobilizados tangíveis encontravam-se subavaliados, pelo que as empresas ajustavam os valores de alguns ativos à conta *Reservas de reavaliação de imobilizações*, sendo esta reserva posteriormente utilizada, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, quer para cobertura de prejuízos quer para reforço do capital social, mesmo tratando-se de resultados potenciais, ou seja, não realizados³. Assim, surge a Diretriz Contabilística n.º 16, publicada pela CNC, em 1995, que visa normalizar a reavaliação dos ativos imobilizados tangíveis³.

Segundo esta diretriz, reavaliar significava ajustar por acréscimo o valor de um ativo, sendo que este acréscimo daria origem ao reconhecimento de um excedente, ainda não realizado, a contabilizar no capital próprio, depois de ajustar as amortizações acumuladas, quando aplicável³. Adicionalmente, veio determinar que quando se efetua uma reavaliação de um elemento, todo o grupo deve ser reavaliado³.

A reavaliação podia ser efetuada através do poder aquisitivo da moeda ou através do justo valor³. No que concerne ao primeiro caso, o montante do ativo era obtido através de índices de variações gerais de preço ou através dos *coeficientes de desvalorização monetária* publicados pelo Ministério das Finanças³. Já no que respeita ao segundo caso, este devia seguir o disposto na Diretriz Contabilística n.º 13, publicada pela CNC, em 1993, no que respeita ao apuramento do justo valor, sendo que a reavaliação podia ser efetuada através de dois procedimentos: o custo de reposição depreciado ou o valor correspondente de mercado³.

O custo de reposição depreciado consistia em ajustar o valor da quantia escriturada do ativo ao custo de reposição, e a diferença entre este e a quantia escriturada antes da reavaliação, daria lugar ao reconhecimento do excedente³. Já o valor correspondente de mercado era utilizado geralmente em terrenos e edifícios com base na eliminação das

³ Diretriz Contabilística n.º 16 - Reavaliação de Ativos Imobilizados Tangíveis, 1995

amortizações acumuladas e, posterior reconhecimento do ativo pelo justo valor, sendo que a diferença entre este e a quantia escriturada líquida de amortizações acumuladas dava origem ao reconhecimento do excedente³. Para além disso, importa destacar que se houver uma redução do ativo posterior ao reconhecimento do excedente, deve-se reverter o excedente na parte correspondente, e se superior, deve-se reconhecer uma perda extraordinária pelo valor remanescente³.

Independentemente do procedimento adotado na reavaliação, era reconhecido um excedente não realizado, pelo que não podia ser utilizado nem para cobertura de prejuízo nem para reforço do capital social³. A CNC destacou que a realização do excedente apenas se efetuava pelo uso ou pela alienação do ativo, sendo transferido nesse momento para a conta *Resultados Transitados*, parcialmente ou totalmente, respetivamente⁴. Face ao exposto, determinou que o excedente apenas podia ser utilizado para cobertura de prejuízos ou para reforço do capital social como entrada em espécie quando realizado⁴.

Para finalizar, destaca-se que esta diretriz prevê tanto revalorizações livres como revalorizações legais, sendo esta última determinada por disposição legal⁴.

1.1.3 O sistema de normalização contabilística

Segundo Calais e Saraiva (2018), o POC possuía várias lacunas face às necessidades contabilísticas, apesar das diversas adaptações aos normativos comunitários. Assim, surgiu o SNC, pelo decreto-lei n.º 158/2009, com produção de efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, que permitia a comparabilidade das demonstrações financeiras portuguesas com as empresas que adotavam as IAS (Calais & Saraiva, 2018).

A Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 (NCRF 7) tem por base a IAS 16 e estabelece o tratamento contabilístico dos AFT, sendo apresentado de forma detalhada seguidamente.

⁴ Diretriz Contabilística n.º 16 - Reavaliação de Ativos Imobilizados Tangíveis, 1995

1.1.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Segundo a NCRF 7 § 7, um ativo fixo tangível é reconhecido como um ativo apenas se for provável que este gere benefícios económicos futuros para a entidade e o seu custo possa ser mensurado fiavelmente.

Após o seu reconhecimento como ativo, segundo a NCRF 7 § 16, este é mensurado inicialmente pelo seu custo que engloba o seu preço de compra, incluindo os elementos refletidos neste parágrafo, bem como quaisquer custos diretamente atribuíveis e outros encargos previstos nos parágrafos 17 e 18 da NCRF 7.

1.1.3.2 Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial do ativo fixo tangível, uma entidade tem a opção de escolher o método a adotar na mensuração subsequente: modelo do custo ou modelo de revalorização (NCRF 7 § 30).

Segundo o modelo do custo, o ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (NCRF 7 § 31).

Relativamente às depreciações estas são geralmente imputadas a gastos, numa base sistemática da vida útil do ativo, sendo que a quantia depreciável inclui o seu custo deduzido do seu valor residual. Para além disso, existe uma variedade de métodos para o registo das depreciações, nomeadamente o método da linha reta, o método do saldo decrescente e o método das unidades de produção (NCRF 7).

No que concerne às perdas por imparidade, estas devem ser reconhecidas quando a quantia escriturada do ativo é superior à sua quantia recuperável (NCRF 7 § 6). Sendo esta última mensurada pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso (NCRF 7 § 6).

Já de acordo com o modelo de revalorização, o ativo fixo tangível deve ser escriturado pela quantia revalorizada, desde que o seu justo valor possa ser mensurado com fiabilidade (NCRF 7 § 32). Por sua vez, a quantia revalorizada inclui o justo valor do ativo deduzido de depreciações subsequentes e perdas por imparidade subsequentes (NCRF 7 § 32), sendo que justo valor dos terrenos e edifícios é normalmente apurado por avaliadores independentes, ao passo que o justo valor de itens de instalação e

equipamento é habitualmente o seu valor de mercado calculado por avaliação (NCRF 7 § 33).

Quando uma entidade opta pelo modelo de revalorização, as depreciações acumuladas até ao momento da revalorização devem seguir um de dois métodos (NCRF 7 § 36). O primeiro consiste na reexpressão proporcional das depreciações acumuladas e da quantia escriturada bruta, para que a quantia escriturada do ativo após a revalorização seja igual à quantia revalorizada, sendo normalmente aplicado um índice ao seu custo de reposição depreciado (NCRF 7 § 36 alínea a))⁵. Já no que concerne ao segundo método, este implica a eliminação das depreciações acumuladas até à data de revalorização por contrapartida da quantia escriturada do ativo (NCRF 7 § 36 alínea b)).

Independentemente do método adotado no tratamento das depreciações, o aumento da quantia escriturada do ativo deve ser creditado no capital próprio na conta designada por *excedentes de revalorização* (NCRF 7 § 40)⁵. No entanto, o aumento poderá ser reconhecido em resultados até reverter eventuais decréscimos de revalorização previamente contabilizados do mesmo ativo (NCRF 7 § 40).

Caso haja uma diminuição da quantia escriturada do ativo esta deve ser reconhecida em resultados (NCRF 7 § 41). Contudo, a diminuição deve ser debitada no capital próprio na conta designada por *excedentes de revalorização* até reverter o crédito constante nessa conta, que advém de acréscimos de revalorização anteriormente reconhecidos do mesmo ativo (NCRF 7 § 41)⁶.

Nos períodos subsequentes, aquando do reconhecimento das depreciações do período, o eventual excedente de revalorização reconhecido anteriormente é realizado através da sua transferência para resultados retidos, sendo que a conta a reconhecer não pertence a resultados, mas sim a capital próprio, em resultados transitados⁷ (NCRF 7 § 42).

Neste sentido, quando a revalorização que deu origem ao excedente de revalorização é imposta por disposição legal, o artigo 295.º n.º 2 alínea b) do CSC determina que o excedente de revalorização ficará sujeito ao regime de reserva legal, na parte que não seja destinada para cobrir eventuais prejuízos. Adicionalmente, o artigo 32.º n.º 2 do CSC permite a distribuição aos sócios do excedente de revalorização quando realizado.

⁵ Apêndice I – Lançamento n.º 1

⁶ Apêndice I – Lançamento n.º 7 e Lançamento n.º 8

⁷ Apêndice I – Lançamento n.º 4

Por fim, importa referir que as revalorizações e as perdas por imparidade poderão dar lugar ao reconhecimento de impostos diferidos, segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 25, pelo que o assunto será abordado na secção seguinte (NCRF 7 § 43).

1.2 Impacto fiscal na mensuração subsequente

Esta secção oferece uma contextualização fiscal do tema, tanto a nível de impostos diferidos como o caso particular do Decreto-Lei n.º 66/2016 de 3 de novembro, que será alvo de investigação no estudo empírico.

1.2.1 Os impostos diferidos

Segundo a NCRF 25, quando a quantia escriturada de um elemento do balanço difere da sua base de tributação dará origem a uma diferença temporária, que pode ser tributável ou dedutível. No que concerne às diferenças temporárias tributáveis, é reconhecido um passivo por impostos diferidos a fim de se refletir o imposto sobre o rendimento pagável em períodos futuros (NCRF 25 § 5). Ao passo que nas diferenças temporárias dedutíveis é reconhecido um ativo por impostos diferidos, com vista a mensurar as quantias recuperáveis em períodos futuros (NCRF 25 § 5).

Segundo o artigo 31.º B n.º 7 do CIRC, as perdas por imparidade de ativos depreciables, que não sejam reconhecidas pelas razões expostas no artigo 31.º B n.º 1 do CIRC, não são aceites fiscalmente e serão consideradas gastos em parte iguais, durante a vida útil remanescente do ativo. Já em termos contabilísticos, tal como mencionado na secção anterior, quando uma entidade adota o modelo do custo ou o modelo de revalorização, há lugar ao reconhecimento de uma perda por imparidade se quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável. Deste modo, haverá lugar ao reconhecimento de um ativo por imposto diferidos, já que o gasto registado na contabilidade apenas será aceite fiscalmente nos períodos subsequentes, em partes iguais.

No que respeita às revalorizações, nomeadamente as livres, segundo o artigo 21.º n.º 1 alínea b) do CIRC, o excedente de revalorização reconhecido aquando da retificação das depreciações acumuladas até à data da revalorização, é uma variação patrimonial positiva

não aceite fiscalmente, uma vez que se trata de uma mais valia potencial ou latente, e, simultaneamente, o acréscimo das depreciações não é considerado para efeitos fiscais, conforme o disposto no artigo 2.º n.º 1 alínea a) do DR n.º 25/2009. Já no que concerne às revalorizações legais, o DR 25/2009, artigo 15.º, expõe que não são aceites como gastos 40% do aumento das depreciações resultantes de revalorizações, ou seja, 40% do valor do excedente. Assim, a base fiscal é inferior à base contabilística, pelo que dará lugar ao reconhecimento de uma diferença temporária tributável, isto é, reconhecer-se-á um passivo por impostos diferidos, em ambos os casos (NCRF 25 § 18 e § 20).

Posteriormente, tanto no caso das revalorizações livres como no caso das revalorizações legais, aquando do reconhecimento das depreciações subsequentes à revalorização, para além de se realizar o excedente de revalorização, também é revertido o passivo por impostos diferidos por contrapartida de resultados pelo montante tributado em imposto corrente e, simultaneamente, é realizado por contrapartida de capital próprio. (NCRF 25 § 55).

1.2.2 O caso particular do decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de novembro

Segundo este decreto-lei, o uso do modelo do custo em detrimento do modelo de revalorização transmite uma imagem menos fiel dos capitais próprios, o que acaba por dificultar a obtenção de financiamento, por outro lado, embora o modelo de revalorização implique maiores custos, este transmite uma imagem mais verdadeira e apropriada dos capitais próprios de uma empresa. Para além disso, conforme mencionado na secção anterior, tanto o excedente de revalorização como o acréscimo de depreciações resultantes de revalorizações livres, não são aceites fiscalmente o que acaba por desincentivar a sua concretização⁸. Assim foi criado, pelo decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de novembro, um regime opcional que visava incentivar o reforço dos capitais próprios das empresas e, consequentemente a redução do grau de endividamento das mesmas, através da revalorização dos AFT⁷.

Este decreto-lei veio ressaltar a aceitação fiscal da opção pelo modelo de revalorização dos AFT, desde que a vida útil remanescente do ativo não seja inferior a cinco anos, ou 60 meses, no caso das depreciações praticadas tenham periodicidade duodecimal. Sendo

⁸ Decreto-Lei n.º 66/2016 de 3 de Novembro

esta aceitação enfatizada pelo artigo 8.º, que determina que as depreciações resultantes de revalorização são aceites fiscalmente, havendo ainda a possibilidade das mesmas serem majoradas de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo.

Neste sentido, determinou que a quantia revalorizada deve ser obtida através da aplicação do coeficiente de atualização monetária da Portaria n.º 400/2015, à base de incidência respetiva, conforme o disposto no artigo 3.º do decreto-lei n.º 66/2016.

Embora o presente regime facultativo, permita a dedução fiscal do acréscimo de depreciações decorrentes de revalorização, este implica uma tributação autónoma especial de 14% sobre o valor do excedente de revalorização referido no artigo 6.º do mesmo diploma.

Posto isto, tendo em conta que a revalorização deste diploma é meramente fiscal, a CNC emitiu a Orientação Técnica n.º 3 a fim de clarificar o tratamento contabilístico que deve ser adotado neste caso excepcional⁹.

No que concerne à diferença entre a base contabilística e a base fiscal, multiplicada pela taxa a que a empresa está sujeita, deve ser reconhecido um ativo por impostos diferidos por contrapartida de rendimentos diferidos¹⁰. Já no que concerne à aplicação da tributação autónoma, é reconhecido um passivo na rubrica Estado e Outros Entes Públicos por contrapartida de um gasto, mais especificamente na rubrica imposto corrente⁹.

Para finalizar, a CNC destacou que os resultados decorrentes da aplicação deste regime especial apenas poderão ser distribuídos aos sócios, quando realizados, uma vez que o objetivo do mesmo é a capitalização das empresas⁹.

1.3 Determinantes para a escolha do método de mensuração

A escolha do método a adotar na mensuração subsequente dos AFT pode levantar algumas controvérsias, a nível da literatura, no que concerne aos fatores que levam à adoção de um modelo em detrimento do outro. Assim será apresentada seguidamente a principal evidência empírica sobre o tema.

⁹ Orientação técnica n.º 3 da Comissão de Normalização Contabilística, 2017

¹⁰ Orientação técnica n.º 3 da Comissão de Normalização Contabilística, 2017

1.3.1 O modelo do custo

Segundo Cardao-Pito e Barros (2016), o modelo de revalorização é complexo e de difícil aplicação, o que torna o modelo do custo mais apelativo. Assim de seguida serão evidenciados outros determinantes que levam à adoção deste método.

1.3.1.1 Evidência empírica

De acordo com Herrmann et al. (2006), no que toca às características qualitativas da informação financeira, a verificabilidade é a que favorece o modelo do custo, sendo que este pode ser utilizado para gerir ganhos no caso de venda dos ativos.

Mais tarde, Christensen e Nikolaev (2013), afirmaram que o justo valor é bastante dispendioso, o que leva os gestores a optar pelo modelo do custo em detrimento do modelo do justo valor.

No mesmo ano, Dinis (2013), através de uma amostra constituída por empresas cotadas, estudou os fatores que levam à escolha do método a adotar na mensuração subsequente dos AFT, tendo concluído que de um modo geral as empresas optam pelo modelo do custo em detrimento do modelo de revalorização e salientou que quanto maior for o ROE, maior é a tendência das empresas para optar pelo modelo do custo.

Posteriormente, Sanahuja (2014), através de um caso simulado, concluiu que aquando da venda de um terreno ou edifício, o ROA e o ROE apresentam valores superiores quando se adota o modelo do custo face ao modelo de revalorização.

Seguidamente, Conceição (2015) destacou a prevalência do modelo do custo face ao modelo de revalorização, através do seu estudo dos determinantes que levam à escolha do método de mensuração em empresas cotadas.

Mais tarde, Nijam (2018), concluiu que quando o total do ativo é constituído maioritariamente por instalações e equipamento o modelo adotado era o modelo do custo.

1.3.1.2 Principais motivos para adoção do modelo do custo

Face à secção anterior, a Tabela 2 apresenta os principais fatores que influenciam ou são influenciados pela adoção do modelo do custo, bem como a evidência empírica a favor e contra.

Tabela 2 – Quadro resumo: modelo do custo

Fator	Evidência empírica a favor	Evidência empírica contra
Verificabilidade	Herrmann et al. (2006)	
Maior ROE	Dinis (2013); Sanahuja (2014)	
Maior ROA	Sanahuja (2014)	
Maior intensidade de instalações e equipamento	Nijam (2018)	
Menos dispendioso	Christensen e Nikolaev (2013)	

Fonte: Elaboração própria

Relativamente ao modelo do custo, a evidência empírica é bastante reduzida, pelo que evidência empírica contra apenas foi possível identificar através do capítulo seguinte. Este acontecimento deve-se ao facto de os autores focarem as suas investigações no modelo do justo valor, ainda assim pode-se concluir que a literatura existente é consistente nos fatores enumerados.

Tendo em conta que evidência empírica é bastante reduzida, no Capítulo 4 serão analisados os seguintes fatores: o ROE e o ROA.

1.3.2 O modelo de revalorização (justo valor)

De acordo com Esteves (2015) o modelo de revalorização é o modelo do futuro, tendo em conta a insuficiência do modelo do custo no fornecimento de informação para a tomada de decisão (Marra, 2016).

Posto isto, ao longo do tempo vários autores têm vindo a estudar as principais motivações que levam as entidades a optar pelo modelo de revalorização, bem como o impacto da adoção do mesmo. De seguida serão apresentadas, de forma sintetizada, as principais conclusões de alguns autores.

1.3.2.1 Evidência empírica

De acordo com Sharpe e Walker (1975), a divulgação de informação acerca da adoção do modelo de revalorização implica o aumento do preço das ações, uma vez que é considerada relevante para o mercado e, portanto, é rapidamente absorvida pelo mesmo. De forma díspare, segundo Emanuel (1989), não existe evidência que o preço das ações varia com a divulgação da revalorização dos ativos e a pouca evidência que poderá ser detetada pode ter origem noutras divulgações.

Complementarmente, Barth e Clinch (1998) analisaram o impacto da adoção deste modelo no preço das ações e concluíram que relativamente aos AFT, o preço das ações sofre um impacto positivo quando se opta pelo modelo de revalorização apenas em alguns setores de atividade.

Posteriormente, Brown et al. (1992) evidenciaram três motivos que poderão levar as empresas a revalorizar: evitar custos de contratação de financiamento, reduzir os custos políticos e minimizar a assimetria de informação. De forma análoga, Easton et al. (1993) concluíram que a mensuração dos ativos através do modelo de revalorização minimiza a assimetria de informação, já que os valores se encontram mais próximos do mercado, bem como demonstraram que uma empresa com maior grau de endividamento tenderá a revalorizar os seus ativos, a fim de evitar custos de contratação de financiamento.

De seguida, face aos estudos anteriores, Cotter e Zimmer (1995) acrescentaram que uma empresa que se encontre com *cash flows* decrescentes, obterá com maior facilidade endividamento adicional se adotar o modelo de revalorização, sendo este modelo mais propício em entidades com maior número de empréstimos.

Num estudo elaborado com base em empresas do Reino Unido, Aboody et al. (1999) concluíram que as revalorizações estão positivamente associadas ao desempenho futuro das empresas, aos preços das ações e aos retornos, no entanto esta relação torna-se mais fraca em empresas que possuem maior endividamento. Adicionalmente, ainda no contexto inglês, Lin e Peasnell (2000), evidenciaram a relação positiva entre as revalorizações e o tamanho, a alavancagem e a intensidade dos AFT e a relação negativa destas com a liquidez.

Seguidamente, Jaggi e Tsui (2001) destacaram a associação positiva entre as revalorizações e os preços das ações, sendo mais forte para empresas de grande dimensão e, concluíram que as revalorizações são motivadas para informar o justo valor aos

potenciais investidores, dado que a informação é relevante para estes, bem como para melhorar a capacidade de endividamento das empresas por parte dos gestores.

Baseando-se em estudos anteriores, Courtenay e Cahan (2004) examinaram a relevância do valor da revalorização de ativos não correntes, e confirmaram a relação positiva entre as revalorizações e os retornos, bem como o impacto negativo do nível de endividamento nessa relação. Adicionalmente, vieram colmatar inconsistências a nível da literatura e afirmaram que as empresas com maior endividamento, reavaliam os seus ativos por motivos oportunistas (Courtenay & Cahan, 2004).

Em 2007 foi elaborado um estudo que englobou 35 países e não apenas um país como os estudos anteriormente referidos (Barlev et al., 2007). Segundo Barlev et al. (2007), as conclusões obtidas nos estudos anteriores, têm como base o ambiente económico e jurídico de cada país, pelo que não é possível a generalização dos seus resultados. Posteriormente, corroboraram a relação entre as revalorizações e o desempenho futuro, apenas para o resultado operacional e, por outro lado, afirmaram que as revalorizações não se relacionam nem com os *cash flows* futuros, nem com o retorno de mercado, bem como destacou que o mercado não considera oportunista a decisão de reavaliar (Barlev et al., 2007).

Subsequentemente, Cheng e Lin (2009) compararam o desempenho de empresas que revalorizam vs empresas que não revalorizam, tendo como base uma amostra de entidades do Reino Unido. Assim concluíram que as empresas que revalorizam possuem maior endividamento, maior retorno de ação e maior alavancagem do setor (Cheng & Lin, 2009).

Ainda relativamente ao contexto inglês, Iatridis e Kilirgiotis (2012) investigaram os motivos que levam as empresas a revalorizar. Como resultado desta investigação, realçaram que existe uma maior tendência de revalorização por parte de empresas de grande dimensão, a fim de salientar a posição financeira e a imagem de mercado, bem como para fazer face às suas necessidades de financiamento e de capital (Iatridis & Kilirgiotis, 2012).

Segundo Choi et al. (2013), através do estudo de uma amostra de empresas coreanas, chegaram à conclusão de que uma empresa terá maior tendência a revalorizar quanto maior for o seu valor de AFT, maior grau de alavancagem financeira e maior necessidade de financiamento. Posteriormente, Shin e Willis (2014) estudaram a reação dos gestores

coreanos à adoção da IAS 16 e averiguaram que a decisão de revalorizar não possuía motivações oportunistas, sendo a sua principal motivação o fornecimento de informação sobre o justo valor para potenciais investidores.

De seguida, Dinis (2013) estudou as escolhas contabilísticas de 35 empresas cotadas na bolsa nacional e constatou que as empresas industriais são mais propícias a adotar o modelo do justo valor, bem como ressaltou que as entidades com maior índice de alavancagem financeira tendem a adotar o modelo de revalorização.

No contexto português, Conceição (2015) estudou os determinantes que levam à escolha do método de mensuração em empresas cotadas e concluiu que a dimensão não influencia a decisão de revalorizar, ao passo que o nível de endividamento tem influência na escolha do modelo a adotar.

Posteriormente, Nijam (2018) examinou os fatores que levam uma empresa a optar pelo modelo de revalorização ou pelo modelo do custo na indústria da manufatura. Concluiu que quando existe maior percentagem de terrenos e construção, no total dos ativos, opta-se pelo modelo de revalorização (Nijam, 2018).

Ainda no contexto português, Santinha (2018) concluiu, através de um estudo em empresas não cotadas, que as empresas adotam o modelo de revalorização para colmatar resultados transitados negativos, e que a decisão de adotar num determinado ano é influenciada pelo peso dos terrenos e construções, no total dos ativos, e para melhorar o rácio de autonomia financeira.

De seguida, Vieira (2019) subdividiu o seu estudo em dois modelos: empresas que revalorizam fiscalmente e empresas que revalorizam contabilisticamente. Relativamente ao modelo de revalorização fiscal, o mesmo foi inconclusivo, ao passo que, no que concerne ao modelo de revalorização contabilístico, concluiu que a opção pelo modelo de revalorização está diretamente relacionada com a prevalência de terrenos e edifícios, bem como com a liquidez, e está inversamente relacionado com a dimensão da empresa (Vieira, 2019).

Cho et al. (2021) estudaram o efeito das revalorizações na contratação de financiamento tendo como base empresa cotadas em bolsa. Assim, concluíram que após a adoção do modelo de revalorização, as empresas com necessidades de financiamento, optam por financiamento de longo prazo, na forma de dívida privada sendo impulsionada por

empresas não saudáveis (Cho et al., 2021). Pelo que o modelo de revalorização se provou uma ferramenta eficaz para a obtenção de financiamento (Cho et al., 2021).

Por fim, Gomes (2021) através de uma amostra de empresas cotadas na Euronext Lisbon averiguou a relação negativa entre dimensão da empresa e a opção pelo modelo de revalorização e a relação positiva desta alternativa com o nível de alavancagem e a intensidade de AFT.

1.3.2.2 Principais motivos para adoção do modelo de revalorização

No seguimento da secção anterior, a *Tabela 3* apresenta os principais fatores que influenciam ou são influenciados pela adoção do modelo de revalorização, bem como a evidência empírica a favor e contra.

Tabela 3 – Quadro resumo: modelo de revalorização

Fator	Evidência empírica a favor	Evidência empírica contra
Aumento do preço das ações	Sharpe e Walker (1975); Barth e Clinch (1998); Aboody et al. (1999); Jaggi e Tsui (2001)	Emanuel (1989)
Evitar custos de contratação de financiamento	Brown et al. (1992); Easton et al. (1993)	
Reduzir custos políticos	Brown et al. (1992)	
Mínimizar a assimetria de informação	Brown et al. (1992); Easton et al. (1993)	
Maior grau de endividamento	Easton et al. (1993); Cheng e Lin (2009); Conceição (2015)	
Maior número de empréstimos	Cotter e Zimmer (1995)	
Maior desempenho futuro	Aboody et al. (1999); Barlev et al. (2007)	
Maior retorno	Aboody et al. (1999); Courtenay e Cahan (2004); Cheng e Lin (2009)	Barlev et al. (2007)
Maior dimensão	Lin e Peasnell (2000); Iatridis e Kilirgiotis (2012)	Conceição (2015); Vieira (2019); Gomes (2021)
Maior alavancagem	Lin e Peasnell (2000); Cheng e Lin (2009); Choi et al. (2013); Dinis (2013); Gomes (2021)	

Maior intensidade de AFT	Lin e Peasnell (2000); Choi et al. (2013); Nijam (2018) (apenas para terrenos e edifícios); Santinha (2018) (apenas para terrenos e edifícios); Vieira (2019); Gomes (2021)	
Menor liquidez	Lin e Peasnell (2000)	Vieira (2019)
Motivação oportunista	Courtenay e Cahhan (2004)	Barlev et al. (2007); Shin e Willis (2014)
Colmatar resultados transitados negativos	Santinha (2018)	
Maior autonomia financeira	Santinha (2018)	
Maior necessidade de financiamento	Choi et al. (2013); Cho et al. (2021)	

Fonte: Elaboração Própria

Como se pode verificar, relativamente ao modelo de revalorização a literatura é vasta quando comparada com o modelo do custo. Para além disso denota-se consistência na literatura, exceto no preço das ações, no retorno, na dimensão da empresa e na motivação que leva à adoção do modelo de revalorização. Desta forma no capítulo seguinte serão apresentadas as hipóteses tendo como base a literatura apresentada na Tabela 2 e na Tabela 3.

Os critérios de seleção dos determinantes que serão analisados nas secções seguintes passam por escolher aqueles que apresentam divergência de estudos, nomeadamente o preço das ações, a dimensão e a liquidez, bem como serão também considerados os critérios que neste estudo não possuem predominância de evidência empírica, como é o caso da autonomia financeira, os resultados transitados negativos e a necessidade de financiamento. Para além disso, optou-se por fatores que possam estar interligados entre si.

2.1 Objetivo e metodologia

A presente investigação tem como objetivo principal a identificação dos principais determinantes que influenciam, e são influenciados, na adoção do modelo de revalorização na mensuração subsequente dos AFT, em empresas com forma jurídica de sociedade anónima disponíveis na base de dados SABI. Já como objetivo específico pretende-se avaliar se as empresas cotadas em bolsa são mais propícias a reavaliar do que as empresas não cotadas, bem como a influência do decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de Novembro e dos impostos diferidos na adoção do modelo de revalorização. A fim de se atingir estes objetivos será criado um modelo estatístico onde serão testadas as hipóteses associadas às questões de investigação.

Segundo Yilmaz (2013), a investigação quantitativa é objetiva e consiste na explicação de um evento através de dados numéricos, com vista à medição e análise da relação causal de variáveis distintas, tendo como base a análise estatística. Por outro lado, a investigação qualitativa traduz-se na descrição de um evento através do ponto de vista de pessoas envolvidas (Yilmaz, 2013). Assim, o tipo de investigação adotado neste estudo é quantitativo, uma vez que os dados são numéricos e é analisada a causalidade entre a adoção do modelo de revalorização e elementos concretos presentes nas demonstrações financeiras das empresas da amostra, através de um modelo estatístico.

De acordo com Hosmer e Lemeshow (2000), os modelos de regressão tornaram-se fundamentais para analisar dados a fim de explicar a relação entre uma variável dependente e as suas variáveis explicativas, sendo o mais conhecido o modelo de regressão linear. No entanto, consoante as características da variável dependente pode-se utilizar modelo *logit*, uma vez que o mesmo é muito semelhante ao modelo de regressão linear, contudo a variável dependente será binária, isto é, assumirá o valor 1 na presença de um determinado acontecimento, e o valor 0 caso contrário (Hosmer & Lemeshow, 2000). Por outro lado, Faria et al. (2020) veio destacar que quando estamos perante uma variável dependente binária, se deve usar o modelo *probit* quando a variável segue uma distribuição normal.

Para além disso é importante distinguir se os dados estão enquadrados como paramétricos ou não paramétricos, a fim de se utilizar os testes adequados. Segundo Kaur e Kumar (2015) estamos perante um teste paramétrico se o mesmo cumprir os seguintes requisitos:

os dados seguem uma distribuição normal, existe homogeneidade e os dados são contínuos. Caso não sejam cumpridos os requisitos anteriores estamos perante testes não paramétricos (Kaur e Kumar, 2015). Na secção seguinte serão testados os requisitos mencionados anteriormente.

Assim o modelo a ser adotado nas duas primeiras questões apresentadas a posteriori, será o modelo de regressão linear e o modelo *probit* de uma série temporal, compreendida entre 2015 e 2021, respetivamente. No que concerne à terceira questão será efetuada uma análise da rubrica denominada por excedentes de revalorização, através da base de dados SABI, a fim de entender a evolução da mesma ao longo do período e assim verificar a possível existência de uma tendência crescente a partir do ano de 2016. Posteriormente, através da base de dados SABI, serão identificadas as empresas em que seja conhecido o montante da rubrica excedentes de revalorização e, posteriormente, será avaliado se a amostra é constituída por empresas cotadas ou por empresas não cotadas. Por fim, será feito um caso de estudo de duas empresas para analisar o impacto dos impostos diferidos.

Posteriormente, através das questões de investigação e face à decisão nas secções a priori dos fatores a serem analisados, serão levantadas as hipóteses para cada, a fim de responder às mesmas e assim atingir o objetivo principal da investigação. Assim, as questões de investigação formuladas são as seguintes:

Q1: Quais são os fatores que são influenciados pela adoção do modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo?

Q2: Quais são os determinantes que implicam a escolha do modelo de revalorização?

Q3: Houve um aumento da adoção do modelo de revalorização após o ano de 2016?

Q4: Qual é o modelo predominante?

Q5: Qual é o impacto dos impostos diferidos na adoção do modelo de revalorização?

Em síntese, são apresentados os resultados esperados em função do que resultou da revisão de literatura, sendo que a última questão não apresenta evidência empírica para tal, pelo que não é apresentada na Tabela 4:

Tabela 4 – Resultados esperados em função da literatura

Questão 1 – a adoção do modelo de revalorização implica:	Questão 2 – maior probabilidade de revalorizar se:	Questão 3 – aumento da revalorização após 2016?	Questão 4 – modelo predominante
Maior retorno sobre o capital próprio	Menor liquidez	Não	Modelo do custo
Maior retorno sobre o ativo	Maior dimensão da empresa		
Maior preço das ações	Maior autonomia financeira		
Menores os resultados transitados negativos	Maior necessidade de financiamento		

Fonte: Elaboração Própria

2.2 Amostra e tratamento de dados

A amostra do presente estudo foi obtida através da base de dados SABI, sendo a mesma constituída pelas empresas com forma jurídica, sociedade anónima. Desta forma, englobará tanto empresas cotadas como não cotadas, sediadas em Portugal, obtendo-se uma amostra com 37.749 observações.

Relativamente à primeira questão de investigação, foram eliminadas todas as entidades cujo último dia de dados disponível era diferente de 31/12/2021, pelo que a amostra se reduziu para 20.364 observações. Seguidamente foram consideradas apenas as empresas com dados conhecidos, isto é, desconsideraram-se empresas cujo montante das rubricas em estudo não era conhecido nos anos de análise, pelo que se obteve uma amostra de 12.495 observações, constituída por 1785 empresas com dados nos anos de análise. Nesta questão apenas foram consideradas as empresas que adotam o modelo de revalorização no horizonte temporal compreendido entre 2015 e 2021.

Já no que respeita à segunda questão de investigação, após a eliminação das entidades cujo último dia de dados disponíveis são diferentes de 31/12/2021, e sendo desconsideradas todas as empresas em que os dados não são conhecidos, obteve-se uma amostra de 924 observações. Nesta questão, a adoção do modelo do custo e do modelo de revalorização será identificado através da rubrica excedentes de revalorização, que no caso de assumirem o valor 0 (zero) implicará a adoção do modelo de custo, ou caso contrário, do modelo de revalorização.

No que concerne à forma como os mesmos serão trabalhados, importa testar se estamos perante teste paramétricos ou não paramétricos.

Tal como foi mencionado na secção anterior, o primeiro requisito para se estar perante um teste paramétrico diz respeito à distribuição normal dos dados. Neste sentido através do programa *R Studio* testou-se a normalidade através do teste de Kolmogorov-Smirnov dos dados da questão de investigação 1.

Tabela 5 - Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov - Q1

D	0,24127
Valor-p	0,6555

Fonte: Elaboração própria adaptado de R Studio

Relativamente à primeira questão de investigação, o valor-p é de aproximadamente 66%, ou seja, superior a 5%, então conclui-se que os dados da questão de investigação 1 seguem uma distribuição normal.

Dado que o primeiro requisito é cumprido, importa testar a homogeneidade através do teste Bartlett dos dados, uma vez que se trata do segundo requisito para os dados serem considerados paramétricos.

Tabela 6 - Teste de homogeneidade Bartlett – Q1

Valor-p	< 2.2e-16
---------	-----------

Fonte: Elaboração própria adaptado de R Studio

No que respeita à homogeneidade dos dados, como o valor-p é inferior a 5%, então rejeitamos a hipótese nula, pelo que o requisito da homogeneidade não é cumprido e, consequentemente, não estamos perante testes paramétricos.

Seguidamente importa testar também a normalidade para os dados da questão de investigação 2, assim à semelhança da questão de investigação 1 vamos testar a normalidade.

Tabela 7 - Teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov - Q2

D	0,21457
Valor-p	0,8429

Fonte: Elaboração própria adaptado de R Studio

Como o valor-p é de aproximadamente 84%, ou seja, superior a 5%, então conclui-se que os dados da questão de investigação 2 seguem uma distribuição normal.

Dado que o primeiro requisito é cumprido, importa testar a homogeneidade dos dados uma vez que se trata do segundo requisito para os dados serem considerados paramétricos.

Tabela 8 – Teste de homogeneidade Bartlett – Q2

Valor-p	< 2.2e-16
---------	-----------

Fonte: Elaboração própria adaptado de R Studio

No que respeita à homogeneidade dos dados, como o valor-p é inferior a 5%, então rejeitamos a hipótese nula, pelo que o requisito da homogeneidade não é cumprido e, consequentemente, não estamos perante testes paramétricos.

2.3 Variáveis e hipóteses

Nesta secção são analisadas as variáveis de cada questão de investigação que serão utilizadas a fim de testar as hipóteses.

Pretende-se explicar a forma de cálculo de cada variável, bem como alguns critérios de seleção para mensurar as mesmas. Por fim, também será avaliada a relação da variável dependente e as variáveis independentes, bem como as variáveis independentes entre si.

Q1: Quais são os fatores que são influenciados pela adoção do modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo?

Tabela 9 - Fatores alvo de investigação na Q1

Variável	Cálculo	Dados necessários
Retorno do capital próprio	$\frac{RLP}{CP}$	Resultado líquido do período e capital próprio
Retorno do ativo	$\frac{RLP}{Ativo\ total}$	Resultado líquido do período e ativo total
Preço das ações	-	Preço da ação a 31/12/N
Resultados transitados	-	Resultados transitados

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à primeira questão será utilizado um modelo de regressão linear, sendo apenas as empresas que adotam o modelo de revalorização, isto é, possuem valor na rubrica de excedentes de revalorização. Numa fase inicial, será utilizado o coeficiente de correlação de Spearman que avaliará a relação entre a variável dependente e as variáveis

independentes. De seguida, será definido o modelo de regressão linear. E, por fim, serão testadas as seguintes hipóteses:

H1.1: A adoção do modelo de revalorização implica maior retorno sobre o capital próprio.

H1.2: A adoção do modelo de revalorização implica maior retorno sobre o ativo.

H1.3: A adoção do modelo de revalorização implica o aumento do preço das ações.

H1.4: A adoção do modelo de revalorização atenua os resultados transitados, quando negativos

Tabela 10 - Correlação Q1

Relação entre a variável independente e dependente	Correlação
Excedentes de revalorização e Retorno do capital próprio	-0,20
Excedentes de revalorização e Retorno do ativo total	-0,013
Excedentes de revalorização e Preço das ações	-0,016
Excedentes de revalorização e Resultados transitados	-0,13

Fonte: R Studio

Da tabela anterior podemos concluir que todas as variáveis explicativas possuem uma correlação negativa com o excedente de revalorização, sendo que quando o excedente de revalorização aumenta as variáveis diminuem. No entanto, as correlações apresentam um valor muito próximo de 0, pelo que estamos perante correlações fracas.

Q2: Quais são os determinantes que implicam a escolha do modelo de revalorização?

Tabela 11 - Fatores alvo de investigação na Q2

Variável	Cálculo	Dados necessários
Necessidades de financiamento	-	Fundo maneiio negativo
Liquidez	-	Liquidez geral
Autonomia financeira	$\frac{\text{Capital próprio}}{\text{ativo total}}$	Autonomia Financeira
Dimensão	-	Volume de negócios

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à segunda questão, será utilizado o modelo *probit*, que assumirá o valor 1 quando a empresa adota o modelo de revalorização e o valor 0 caso contrário. Como

variáveis explicativas ter-se-ão em conta as necessidades de financiamento, a liquidez, a autonomia financeira e a dimensão. Importa explicar os dados que serão necessários para as variáveis necessidades de financiamento e a dimensão. Tendo em conta que o fundo maneio é a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, uma empresa terá uma necessidade de financiamento quando os seus ativos de curto prazo são insuficientes para fazer face às suas obrigações para o mesmo período. Adicionalmente, dado que o estudo incide apenas em empresas de grande dimensão o critério para hierarquizar as mesmas foi o volume de negócios. Depois de definido o modelo serão testadas as seguintes hipóteses:

H2.1: Quanto maior for as necessidades de financiamento da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.

H2.2: Quanto menor for a liquidez da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.

H2.3: Quanto maior for a autonomia financeira da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.

H.2.4: Quanto maior for a dimensão maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.

Como se trata de um modelo *probit*, não se poderá calcular a correlação por se não se tratar de variáveis contínuas, pelo que a estimação do modelo posterior será suficiente.

Q3: Após ano de 2016 houve um aumento da adoção do modelo de revalorização?

No que concerne à terceira questão, será efetuada uma análise da rubrica denominada por excedentes de revalorização, através da base de dados SABI, a fim de entender a evolução da mesma ao longo do período e assim verificar a possível existência de uma tendência crescente a partir do ano de 2016.

Q4: Qual é o modelo predominante?

Através da base de dados SABI, serão identificadas as empresas em que seja conhecido o montante da rubrica excedentes de revalorização e, posteriormente, será avaliado se a amostra é constituída por empresas cotadas ou por empresas não cotadas.

Q5: Qual é o impacto dos impostos diferidos na adoção do modelo de revalorização?

Por fim, após a seleção de duas empresas, serão reelaboradas as demonstrações de resultado por natureza bem como o balanço, anulando o efeito dos impostos diferidos. Como critério de seleção destas empresas, inicialmente será a empresa cotada com maior excedente de revalorização no ano de 2021 e uma empresa não cotada.

2.4 Modelos

Conforme mencionado anteriormente, relativamente à primeira questão de investigação, será utilizado o modelo de regressão linear. Através do *R Studio*, estimou-se o modelo tendo-se obtido os seguintes resultados:

Tabela 12 – Modelo estimado Q1

Coeficientes	Estimativa	Erro	Valor t	Pr(> t)
REVAL	2448	58,46	41,83	< 2e-16
COTACAO	355	302	1,178	0,239
RT	-0,0716	3077	-23275	< 2e-16
RAT	-3,573	4,913	-0,727	0,467
RCP	12,87	8,703	1,479	0,139

Fonte: Elaboração própria

Assim o modelo estimado é dado pela seguinte expressão:

$$REVAL = \beta_0 + \beta_1 COTACAO + \beta_2 RT + \beta_3 RAT + \beta_4 RCP$$

$$REVAL = -6068 + 355COTACAO - 0,0716RT - 3,573RAT + 12,87RCP$$

O modelo estimado é o modelo de acréscimos constantes, ou seja, *lin-lin*. Este modelo tem como variável dependente (explicada) o excedente de revalorização (*REVAL*) que possui uma relação de elasticidade com as variáveis independentes (explicativas), que no caso são o preço das ações (*COTACAO*), os resultados transitados (*RT*), o retorno do ativo total (*RAT*) e o retorno do capital próprio (*RCP*).

De seguida importa interpretar os coeficientes:

β_0 : o valor médio excedente de revalorização é 2248 quando as variáveis explicativas assumem o valor 0.

β_1 : estima-se que, por mais uma unidade no preço das ações, *ceteris paribus*, corresponde a um acréscimo de 355 unidades na rubrica excedentes de revalorização.

β_2 : estima-se que, por mais uma unidade na rubrica resultados transitados, *ceteris paribus*, corresponde a um decréscimo de 0,0072 unidades na rubrica excedentes de revalorização.

β_3 : estima-se que, por mais uma unidade na rubrica retorno do ativo total, *ceteris paribus*, corresponde a um decréscimo de 3,573 unidades na rubrica excedentes de revalorização.

β_4 : estima-se que, por mais uma unidade na rubrica retorno do capital próprio, *ceteris paribus*, corresponde a um decréscimo de 12,87 unidades na rubrica excedentes de revalorização.

No que respeita ao R^2 este é igual a 0,04147, o que significa que as variáveis explicativas justificam em conjunto 4,147% da variável dependente.

No entanto, nesta questão de investigação pretende-se analisar o excedente de revalorização como uma variável explicativa pelo que para cada hipótese testada foi elaborado um modelo de regressão linear como se apresenta a seguir, em que cada variável explicativa é transformada em variável explicada.

Tabela 13 - Modelo estimado Q1 - transformação de variáveis

	Coefficientes	Estimativa	Erro	Valor t	Pr(> t)
Expressão	$COTACAO = \beta_0 + \beta_1 REVAL + \beta_2 RT + \beta_3 RAT + \beta_4 RCP$				
	COTACAO	1,00E-02	2,95E-03	3,69	2,22E-04
	REVAL	3,48E-07	4,23E-07	0,82	0,41
	RT	3,73E-07	1,49E-07	2,51	0,01
	RAT	-3,95E-05	2,32E-04	-0,17	0,87
	RCP	4,84E-05	4,11E-04	0,12	0,91
Expressão	$RT = \beta_0 + \beta_1 REVAL + \beta_2 COTACAO + \beta_3 RAT + \beta_4 RCP$				
	RT	4,66E+02	1,78E+02	2,62	0,01
	REVAL	-5,80E-01	2,00E-02	-23,26	< 2e-16
	COTACAO	1353,63	538,79	2,51	0,01

	RAT	-10,5	13,99	-0,75	0,45
	RCP	27,17	24,78	1,1	0,27
Expressão	$RAT = \beta_0 + \beta_1 REVAL + \beta_2 COTACAO + \beta_3 RT + \beta_4 RCP$				
	RAT	5,30E-01	1,10E-01	4,70	2,67E-06
	REVAL	-1,19E-05	1,63E-05	-0,73	0,47
	COTACAO	-0,06	0,34	-0,17	0,87
	RT	-4,30E-06	5,72E-06	-0,75	0,45
	RCP	1,65	0,01	280,72	< 2e-16
Expressão	$RCP = \beta_0 + \beta_1 REVAL + \beta_2 COTACAO + \beta_3 RT + \beta_4 RAT$				
	RCP	-2,20E-01	6,00E-02	-3,40	6,72E-04
	REVAL	1,36E-05	9,20E-06	1,48	0,14
	COTACAO	0,02	0,19	0,12	0,91
	RT	3,54E-06	3,23E-06	1,1	0,27
	RAT	0,52	1,87E-03	280,72	< 2e-16

Fonte: Elaboração própria

Da análise anterior foram obtidas as seguintes conclusões através na interpretação do β_1 de cada expressão:

- Estima-se que por mais uma unidade nos excedentes de revalorização, *ceteris paribus*, corresponde a um acréscimo de $3,476 \times 10^{-7}$ no preço das ações.
- Estima-se que por mais uma unidade nos excedentes de revalorização, *ceteris paribus*, corresponde a um decréscimo de -0,58 nos resultados transitados.
- Estima-se que por mais uma unidade nos excedentes de revalorização, *ceteris paribus*, corresponde a um decréscimo de $1,19 \times 10^{-5}$ no RAT.
- Estima-se que por mais uma unidade nos excedentes de revalorização, *ceteris paribus*, corresponde a um acréscimo de $1,36 \times 10^{-5}$ no RCP.

Já no concerne à segunda questão de investigação será utilizado o modelo *probit*. Através do mesmo *software* estimou-se o modelo tendo-se obtido os seguintes resultados.

Tabela 14 - Modelo estimado Q2

Coefficientes	Estimativa	Erro	Valor z	Pr(> z)
REVAL	-0,7562	0,0570	-13,336	< 2e-16
FINANC	4,484e-06	4,420e-05	0,101	0,9192

LIQ	-0,01484	0,008316	-1,784	0,0744
AF	0,05676	0,04387	1,294	0,1958
DIM	2,853e-06	5,451e-06	0,523	0,6007

Fonte: Elaboração própria

Assim o modelo é dado pela seguinte expressão:

$$\text{REVAL} = \beta_0 + \beta_1 \text{FINANC} + \beta_2 \text{LIQ} + \beta_3 \text{AF} + \beta_4 \text{DIM}$$

$$\text{REVAL} = -0,7565 + 4,484 \times 10^{-6} \text{FINANC} - 0,01484 \text{LIQ} + 0,05676 \text{AF} + 2,853 \times 10^{-6} \text{DIM}$$

O modelo estimado é o modelo *probit*, uma vez a variável dependente é uma variável binária, que assume o valor 1 quando determinada entidade adota o modelo de revalorização e o valor 0 caso contrário.

Seguidamente importa interpretar os coeficientes que serão alvo no teste de hipóteses:

β_0 : estima-se que a probabilidade de adoção do modelo de revalorização decresce 75% quando as variáveis independentes assumem o valor 0.

β_1 : estima-se que, por mais uma unidade no fundo de maneio, ou seja, menos necessidade de financiamento, *ceteris paribus*, a probabilidade de uma entidade adotar o modelo de revalorização aumenta em 0,0004484%.

β_2 : estima-se que, por mais uma unidade de liquidez, *ceteris paribus*, a probabilidade de uma entidade adotar o modelo de revalorização diminui em 0,1484%.

β_3 : estima-se que, por mais uma unidade na autonomia financeira, *ceteris paribus*, a probabilidade de uma entidade adotar o modelo de revalorização aumenta em 5,676%.

β_4 : estima-se que, por mais uma unidade na dimensão, *ceteris paribus*, a probabilidade de uma entidade adotar o modelo de revalorização aumenta em 0,0002853%.

Após serem estimados os modelos para cada uma das questões principais da investigação e interpretados os respetivos coeficientes, no capítulo seguinte serão testadas as hipóteses estabelecidas a priori.

3.1 Fatores influenciados pela adoção do modelo de revalorização

Nesta secção serão testadas cada uma das hipóteses e através do valor p, iremos rejeitar ou não a hipótese nula com um intervalo de confiança de 95%.

Tabela 15 – Teste de hipóteses Q1

Hipótese nula	Valor-p	Conclusão
A adoção do modelo de revalorização implica maior retorno sobre o capital próprio.	51,17%	Como o valor-p obtido é superior ao nível de significância (5%), então não rejeitamos a hipótese nula.
A adoção do modelo de revalorização implica maior retorno sobre o ativo.	57,06%	
A adoção do modelo de revalorização implica o aumento do preço das ações.	51,69%	
A adoção do modelo de revalorização atenua os resultados transitados negativos.	43,81%	

Fonte: Elaboração Própria

No que respeita à primeira questão de investigação, podemos concluir que o preço das ações, o retorno do ativo, o retorno do capital próprio e os resultados transitados são influenciados com a adoção do modelo de revalorização.

Relativamente ao preço das ações, este aumenta quando é adotado o modelo de revalorização, pelo que o estudo vem refutar o estudo de Dinis (2013) e Sanahuja (2014).

No que concerne ao retorno tanto do ativo como do capital próprio, o mesmo aumenta quando se adota o modelo de revalorização, tendo-se obtido a mesma conclusão do que os seguintes autores: Aboody et al. (1999), Courtenay e Cahan (2004) e Cheng e Lin (2009).

Por fim, os resultados transitados negativos são atenuados pela adoção do modelo de revalorização pelo que segue a conclusão da autora Santinha (2018).

Desta forma, foi possível identificar que os resultados obtidos através do teste de hipóteses quando comparado com os resultados apresentados pela correlação de

Spearman, divergem relativamente às primeiras variáveis (RCP, ROA e preço das ações), esta divergência pode ser explicada pela fraca correlação entre as variáveis.

3.2 Fatores implicam a adoção do modelo de revalorização

Nesta secção serão testadas as hipóteses da segunda questão de investigação, através das medianas uma vez que se tratam de dados que seguem testes paramétricos.

Tabela 16 - Teste de hipóteses Q2

Hipótese nula	Mediana modelo de Revalorização	Mediana modelo do Custo	Conclusão
Quanto maior forem as necessidades de financiamento da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.	-180,59	-177,74	Como quanto maior for o fundo de maneiio, menor é a necessidade de financiamento, então aceitamos a hipótese nula.
Quanto menor for a liquidez da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.	0,53	0,72	A liquidez no modelo de revalorização é inferior do que nas empresas que adotam o modelo do custo, logo aceita-se a hipótese nula.
Quanto maior for a autonomia financeira da empresa maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.	0,28	0,24	A autonomia financeira é superior no modelo de revalorização do que no modelo do custo, logo aceita-se a hipótese nula
Quanto maior for a Dimensão maior é a probabilidade desta optar pelo modelo de revalorização.	1538,99	992,42	A dimensão é superior no modelo de revalorização do que no modelo do custo, logo aceita-se a hipótese nula

Fonte: Elaboração própria

No que respeita à segunda questão de investigação, podemos concluir que uma empresa terá tendência para revalorizar quanto maior forem as necessidades de financiamento, a autonomia financeira e a dimensão, e quanto menor for a liquidez.

As conclusões retiradas sobre as necessidades de financiamento vão em linha de conta com o que foi estudado por Choi et al. (2013).

No que respeita à liquidez as conclusões são coincidentes com o estudo de Lin e Peasnell (2000).

Relativamente à autonomia financeira, chegou-se à mesma conclusão que a autora Santinha (2018).

Por fim, no que concerne à dimensão, o estudo segue as conclusões retiradas pelos seguintes autores: Lin e Peasnell (2000) e Iatridis e Kilirgiotis (2012).

3.3 O impacto do decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de Novembro

Para avaliar o impacto deste decreto-lei procedeu-se à extração de dados na base de dados SABI das sociedades anónimas e respetivos excedentes de revalorização entre o período de 2015 a 2021. Após a eliminação das entidades cujo montante não era conhecido, colocou-se o valor 1 para as entidades que tinham o valor do excedente de revalorização maior que 0 e o manteve-se o valor 0 nas entidades que tinham esse valor na rubrica. Esta divisão foi crucial para identificar as empresas que revalorizam e as que não revalorizam. Após o tratamento dos dados, os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 17 - Análise Q3

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Modelo de revalorização	2418	2337	2295	2267	2220	2243	2229
Modelo do Custo	14934	15015	15057	15085	15132	15109	15123
Total	17352	17352	17352	17352	17352	17352	17352
Taxa de variação no modelo de revalorização		-3,35%	-1,80%	-1,22%	-2,07%	1,04%	-0,62%

Taxa de variação no modelo do custo		0,54%	0,28%	0,19%	0,31%	-0,15%	0,09%
--	--	-------	-------	-------	-------	--------	-------

Fonte: Elaboração Própria

Como se pode verificar em 2016 houve efetivamente uma diminuição na adoção do modelo de revalorização, sendo esta tendência mantida nos anos subsequentes, exceto em 2020 que houve uma subida na adoção do modelo de revalorização.

Assim podemos concluir que o decreto não influenciou as empresas da amostra a adotarem o modelo de revalorização em detrimento do modelo do custo uma vez que houve até um decréscimo.

3.4 A predominância do modelo: empresas cotadas vs empresas não cotadas

Nesta secção pretende-se atingir o objetivo específico relativo à predominância do modelo nas empresas cotadas e as empresas não cotadas, assim através dos dados da secção anterior, subdividiu-se os dois modelos em empresas cotadas e não cotadas a fim de entender o comportamento das empresas face à escolha do método de mensuração subsequente dos AFT.

Tabela 18 – A predominância do modelo

Modelo	Mercado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Revalorização	Cotada	5	5	5	5	5	5	5
	Taxa de variação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Revalorização	Não cotada	2413	2332	2290	2262	2215	2238	2224
	Taxa de variação	-	-3,36%	-1,80%	-1,22%	-2,08%	1,04%	-0,63%
Custo	Cotada	33	33	33	33	33	33	33
	Taxa de variação	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Custo	Não cotada	14901	14982	15024	15052	15099	15076	15090

Taxa de variação	-	0,54%	0,28%	0,19%	0,31%	-0,15%	0,09%
---------------------	---	-------	-------	-------	-------	--------	-------

Fonte: Elaboração própria

Através da análise anterior, é possível verificar que as empresas cotadas não alteraram o modelo de mensuração subsequente dos AFT nos sete anos de análise, assim pode-se concluir que apesar da adoção do modelo de revalorização implicar um aumento no preço das ações, este não se torna um fator decisivo na escolha do modelo a adotar.

Por outro lado, as empresas não cotadas possuem uma tendência decrescente na adoção do modelo de revalorização ao longo de todos os anos exceto no ano de 2020 que houve uma subida na adoção do modelo de revalorização.

3.5 Estudo de caso: o impacto dos impostos diferidos gerados pela adoção modelo de revalorização

Após a análise dos fatores que são influenciados e que influenciam a adoção do modelo de revalorização, importa estudar a vertente mais fiscal do tema, e assim pretende-se estudar o impacto dos passivos por impostos que são originados pela adoção do modelo de revalorização.

Assim para estudar esse efeito foram selecionadas duas empresas: a Toyota Portugal, S.A. e a Construções Gabriel Couto, S.A., sendo a primeira, uma empresa do setor automóvel, cotada em bolsa e apresenta o maior excedente de revalorização entre as sociedades anónimas cotadas em 2021, e a segunda, uma empresa do setor da construção civil que em contraste com a primeira não é cotada e apresenta revalorizações livres.

Relativamente à empresa Toyota Caetano Portugal, S.A, em sede de revalorizações a empresa apresenta no ano de 2021 o montante de 34.902€ que dizem respeito a reavaliações legais (Relatório e Contas, 2022, p. 103).

Segundo o que fora exposto na revisão de literatura, segundo o artigo 15.º do DR 25/2009, quando se trata de revalorizações legais, 40% do excedente de revalorização não é aceite fiscalmente, pelo que dá origem ao reconhecimento de um passivo por impostos diferidos. Assim, a fim de avaliar apenas o impacto fiscal na adoção do modelo de revalorização elaborou-se o balanço com e sem impostos diferidos.

Através do Apêndice é possível verificar que o reconhecimento do passivo por impostos diferidos tem tanto impacto no imposto sobre o rendimento como no capital próprio, sendo este último apenas qualitativo. De notar que apesar do Apêndice 1, apenas abordar a revalorização livre, segundo a NCRF 25 § 55 o tratamento contabilístico em sede de imposto diferidos é o mesmo.

Desta forma elaboraram-se as demonstrações financeiras, anulando este efeito.

Tabela 19 - Balanço - análise dos impostos diferidos 1

	Com PID	Sem PID
Ativo não Corrente		
Goodwill	611 997	611 997
Ativos intangíveis	904 167	904 167
Ativos fixos tangíveis	23 080 866	23 080 866
Propriedades de investimento	11 853 840	11 853 840
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	91 543 534	91 543 534
Outros ativos financeiros	19 600	19 600
Ativos por impostos diferidos	1 340 270	1 340 270
Total de ativo não corrente	129 354 225	129 354 225
Ativo Corrente		
Inventários	61 227 283	61 227 283
Clientes	65 641 520	65 641 520
Outras dívidas de terceiros	5 519 753	5 519 753
Outros ativos correntes	2 725 115	2 725 115
Outros ativos financeiros	4 256 303	4 256 303
Caixa e equivalentes a caixa	12 750 072	12 750 072
Total de ativo corrente	152 120 045	152 120 046
Total do ativo	281 474 270	281 474 271
Capital próprio		
Capital social	35 000 000	35 000 000
Reserva legal	7 498 903	7 498 903
Ajustamentos em ativos financeiros	11 548 165	11 548 165
Reserva de reavaliação	6 195 184	6 161 092
Outras reservas	67 892 106	67 892 106
Resultados transitados	8 773 475	8 807 567
Resultado líquido do exercício	11 695 005	11 729 097
Total do capital próprio	148 602 839	148 636 930
PASSIVO:		
PASSIVO NÃO CORRENTE:		
Financiamentos obtidos	21 259 868	21 259 868
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	4 216 434	4 216 434
Passivos por impostos diferidos	88 058	53 966

Total de passivos não correntes	25 564 360	25530268
PASSIVO CORRENTE:		
Financiamentos obtidos	20 443 445	20 443 445
Fornecedores	38 901 165	38 901 165
Outras dívidas a terceiros	17 858 214	17 858 214
Imposto sobre o rendimento a pagar	4 329 551	4 329 551
Outros passivos correntes	25 774 696	25 774 696
Total de passivos correntes	107 307 071	107307071
Total do passivo	132 871 432	132837341
Total do passivo e capital próprio	281 474 270	281 474 271

Fonte: Elaboração própria (adaptado do Relatório e Contas 2022)

Tabela 20 - DR - impostos diferidos 1

	Com PID	Sem PID
Rendimentos operacionais:		
Vendas e Prestações de serviços	350 867 405	350 867 405
Outros rendimentos operacionais	26 383 249	26 383 249
Variação da produção	-62 588	-62 588
Total de rendimentos operacionais	377 188 066	377 188 066
Gastos operacionais:		
Custo das vendas	(282 472 629)	(282 472 629)
Fornecimentos e serviços externos	(43 674 962)	(43 674 962)
Gastos com o pessoal	(16 904 503)	(16 904 503)
Amortizações e depreciações	(7 010 484)	(7 010 484)
Imparidade de dívidas a receber	803	803
Outros gastos operacionais	(9 095 457)	(9 095 457)
Total de gastos operacionais	(359 157 233)	(359 157 233)
Resultados operacionais	18 030 832	18 030 832
Resultados relativos a participações financeiras em Empresas subsidiárias e associadas	(734 405)	(734 405)
Juros e outros custos financeiros	(1 986 487)	(1 986 487)
Outros rendimentos financeiros	179 772	179 772
Resultados antes de impostos	15 489 712	15 489 712
Impostos sobre o rendimento do exercício	(3 794 707)	(3 760 615)
Resultado líquido do exercício	11 695 005	11 729 097

Fonte: Elaboração própria (adaptado do Relatório e Contas 2021)

Através da elaboração do balanço percebe-se que o resultado líquido do período subiu, uma vez que é menos um imposto a pagar e, portanto, a rubrica “imposto sobre o rendimento” da demonstração de resultados por natureza sobe, o que implica este

aumento no resultado líquido do período. Simultaneamente a rubrica “Passivos por impostos diferidos” diminui.

Seguidamente, foi necessário anular a realização do excedente de revalorização na parte que respeita ao imposto diferido, motivo pelo qual a rubrica “reserva de reavaliação” diminui e os resultados transitados aumentaram.

Posto isto, importa também analisar que o capital próprio da empresa aumentou, quando se desconsidera o impacto dos impostos diferidos, portanto tendo em conta o estudo efetuado nas questões de investigação anteriores, se por um lado a adoção do modelo de revalorização aumenta o capital próprio, por outro o imposto diferido vem atenuar este aumento.

Adicionalmente, importa avaliar alguns rácios que foram analisados anteriormente, bem como serão calculados outros que envolvam as rubricas alvo de alteração.

Tabela 21 - Análise indicadores financeiros 1

Indicador	Com PID	Sem PID	Variação em pontos percentuais
Autonomia Financeira	52,79%	52,81%	0,01%
ROA	4,15%	4,17%	0,01%
ROE	7,87%	7,89%	0,02%
Solvabilidade	1,1184	1,1189	0,05%

Fonte: Elaboração própria

Através da tabela anterior é possível verificar que sem os impostos diferidos os rácios são maiores, o que vem reforçar a ideia dos impostos diferidos serem uma forma de atenuar o efeito do uso do modelo de revalorização. Assim pode-se concluir que os impostos diferidos são uma desvantagem na aplicabilidade do modelo de revalorização.

Seguidamente, efetuou-se a mesma análise, mas para uma empresa cujo setor é a construção civil e em contraste apresenta uma revalorização livre, pelo que em sede fiscal o excedente não é aceite fiscalmente na sua totalidade, segundo o disposto no artigo 2.º n.º 1 alínea a) do DR n.º 25/2009.

Segundo o disposto no seu relatório e contas, a empresa apresenta passivos por impostos diferido no valor de 7.442€ associados à revalorização livre dos AFT (Relatório e Contas, 2021, p. 42).

Tabela 22 - Balanço - análise dos impostos diferidos 2

	Com PID	Sem PID
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	31 308 316	31 308 316
Propriedades de investimento	145 000	145 000
Ativos intangíveis		0
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	577 364	577 364
Outros investimentos financeiros	727 760	727 760
Ativos por impostos diferidos	98 031	98 031
Total ativo não corrente	32 856 470	32 856 470
Ativo corrente		
Inventários	1 663 785	1 663 785
Clientes	46 213 050	46 213 050
Adiantamentos a fornecedores	807 570	807 570
Estado e outros entes públicos	1 008 361	1 008 361
Outros créditos a receber	24 042 118	24 042 118
Diferimentos	556 066	556 066
Outros ativos financeiros	143 490	143 490
Ativos não correntes detidos para venda		0
Caixa e depósitos bancários	7 472 390	7 472 390
Total ativo corrente	81 906 829	81 906 829
Total do ativo	114 763 300	114 763 300
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital subscrito	5 000 000	5 000 000
Ações (quotas) próprias	-500 000	-500 000
Reservas legais	1 000 000	1 000 000
Outras reservas	9 610 110	9 610 110
Resultados transitados	12 241 596	12 249 039
Excedentes de revalorização	16 507 457	16 507 457
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	-18 873 086	-18 880 528
	24 986 078	24 986 078
Resultado líquido do período	413 052	420 494
Total do capital próprio	25 399 130	25 406 572
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	414 489	414 489
Financiamentos obtidos	11 577 462	11 577 462
Passivos por impostos diferidos	14 921	7 479

Outras dívidas a pagar	14 013 309	14 013 309
Total Passivo não corrente	26 020 181	26 012 739
Passivo corrente		
Fornecedores	25 675 683	25 675 683
Adiantamentos de clientes	12 344 427	12 344 427
Estado e outros entes públicos	1 884 445	1 884 445
Financiamentos obtidos	10 937 000	10 937 000
Outras dívidas a pagar	6 859 424	6 859 424
Diferimentos	5 643 009	5 643 009
Total Passivo corrente	63 343 989	63 343 989
Total do passivo	89 364 170	89 356 728
Total do capital próprio e do passivo	114 763 300	114 763 300

Fonte: Elaboração própria (adaptado do Relatório e Contas, 2021)

Tabela 23 - DR - análise dos impostos diferidos 2

	Com PID	Sem PID
Vendas e serviços prestados	103 799 147	103 799 147
Ganhos / perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	181 569	181 569
Variação nos inventários da produção	-27 100	-27 100
Trabalhos para a própria entidade	722 453	722 453
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-21 316 998	-21 316 998
Fornecimentos e serviços externos	-59 090 096	-59 090 096
Gastos com o Pessoal	-16 693 804	-16 693 804
Provisões (aumentos / reduções)	-279 136	-279 136
Aumentos / reduções de justo valor	-6 510	-6 510
Outros rendimentos	8 609 274	8 609 274
Outros gastos	-6 780 514	-6 780 514
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 118 285	9 118 285
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-4 329 732	-4 329 732
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 788 553	4 788 553
Juros e gastos similares suportados	-3 961 482	-3 961 482
Resultado antes de impostos	827 071	827 071
Imposto sobre o rendimento do período	-414 019	-406 577
Resultado líquido do exercício	413 052	420 494

Fonte: Elaboração própria (adaptado do Relatório e Contas, 2021)

Através da elaboração do balanço conclui-se que o resultado líquido do período subiu à semelhança da empresa anteriormente analisada, dado que a diminuição do imposto a pagar implica o aumento da rubrica “imposto sobre o rendimento” da demonstração de

resultados por natureza, simultaneamente a rubrica “Passivos por impostos diferidos” diminui.

Seguidamente, anulou-se a realização do excedente de revalorização na parte que respeita ao imposto diferido, motivo pelo qual a rubrica “Excedentes de revalorização” diminui e os resultados transitados aumentaram.

Posto isto, a presente empresa também vem reforçar a ideia de que os impostos diferidos vêm atenuar o efeito da escolha do modelo de revalorização na mensuração subsequente dos AFT.

Adicionalmente, importa avaliar alguns rácios que foram analisados anteriormente, bem como compará-los com a análise anterior.

Tabela 24 - Análise indicadores financeiros 2

Indicador	Com PID	Sem PID	Variação em pontos percentuais
Autonomia Financeira	22,13%	22,14%	0,01%
ROA	0,36%	0,37%	0,01%
ROE	1,63%	1,66%	0,03%
Solvabilidade	0,2842	0,2843	0,0001

Fonte: Elaboração Própria

À semelhança da análise anterior, verifica-se que a Autonomia Financeira, o ROA, ROE e a Solvabilidade aumentam, pelo que vem reforçar a ideia de atenuação dos impostos diferidos no efeito do uso do modelo de revalorização.

Após a análise das duas empresas seleccionadas, as mesmas apresentaram de forma muito semelhante a variação em pontos percentuais nos rácios estudados, apesar do montante de passivos por impostos diferidos ser, 34.092€ e 7.442€, respetivamente. Deste modo é possível concluir que os impostos diferidos, apesar de constituírem uma desvantagem na adoção do modelo de revalorização, o impacto que este tem a nível de indicadores financeiro é residual.

É importante reforçar que não se efetuou qualquer alteração em sede de ativos por impostos diferidos, uma vez que as empresas referem no seu relatório de contas que os mesmos não dizem respeito a AFT e, portanto, fica excluída da presente análise.

Assim, apesar dos passivos por impostos diferidos constituírem uma desvantagem na adoção do modelo de revalorização, o seu impacto nos indicadores financeiros não o torna como fator decisivo.

4.1 Conclusões gerais

O presente estudo teve como objetivo a identificação dos fatores que influenciam e são influenciados pela adoção do modelo de revalorização na mensuração subsequente dos AFT.

Numa fase inicial, através de estudos já existentes foi possível efetuar uma compilação de conclusões dos mesmos, a fim de entender os determinantes que são alvo de maior divergência de opiniões bem como aqueles que ainda possuem baixa investigação, havendo uma possível interligação entre os mesmos.

Após serem selecionados os determinantes que seriam abordados no estudo empírico, tornou-se crucial a divisão entre fatores que são influenciados e os que influenciam a adoção do modelo de revalorização, a fim de responder às duas principais questões desta investigação.

Relativamente aos fatores que são influenciados pela adoção de revalorização, foram estudados quatro fatores: o preço das ações, o retorno do capital próprio, o retorno do ativo e os resultados transitados. Quando uma empresa adota o modelo de revalorização, o excedente entre o justo valor e a quantia escriturada do ativo é registado em capital próprio, logo o capital fica mais apelativo aos investidores e por esse motivo implica o aumento do preço das ações, que por sua vez terá implicação no retorno do capital próprio e no retorno do ativo, que será superior. Na adoção deste modelo, o excedente de revalorização é realizado em contrapartida de resultados transitados, aquando do registo das depreciações do período, o que implica o aumento da rubrica resultados transitados o que irá colmatar os resultados transitados negativos. Importa realçar, que o impacto no preço das ações foi estudado a nível internacional, portanto este torna-se o principal contributo desta dissertação a nível nacional.

Já no que concerne aos fatores que influenciam a adoção do modelo de revalorização, abordou-se quatro fatores: as necessidades de financiamento, a liquidez, a autonomia financeira e a dimensão. Quando uma empresa necessita de financiamento, o modelo de revalorização será mais apelativo, uma vez que este implica um aumento no capital próprio da empresa e, portanto, facilita a obtenção de financiamento. No que respeita à liquidez, quanto menor esta for, mais a empresa tenderá a revalorizar, uma vez que a obtenção de financiamento se torna facilitada. Já a autonomia financeira, como esta representa a proporção de ativos financiada pelo capital próprio, quanto maior for o

capital próprio mais financiados se encontram esses ativos, logo a opção pelo modelo de revalorização torna-se mais atrativa. Seguidamente, concluiu-se que as empresas com maior dimensão, tendem a revalorizar mais, sendo que neste estudo foi efetuada uma hierarquia entre as empresas de grande dimensão.

A presente investigação concluiu que as empresas cotadas em bolsa tendem a manter o seu modelo de revalorização, já que no período de análise não houve alteração e de um modo geral, tanto as empresas cotadas como as empresas não cotadas adotam mais o modelo do custo do que o modelo de revalorização.

Por fim, foi analisado o impacto fiscal na adoção do modelo de revalorização e concluiu-se que os passivos por impostos diferidos conferem uma desvantagem na adoção deste modelo, no entanto o seu impacto nos indicadores financeiros é muito semelhante mesmo quando os montantes de imposto diferido são distintos.

4.2 Limitações do estudo

A presente investigação engloba limitações de estudo tanto a nível de revisão de literatura como a nível de estudo empírico.

Relativamente à revisão de literatura, o modelo do custo é caracterizado por défice de abordagem quando comparada com o modelo de revalorização. Por esse motivo, não foi possível identificar evidência empírica contra os fatores apresentados, sendo que estes são reduzidos quando comparados com o modelo de revalorização. Para além disso, procurou-se identificar desvantagens na adoção do modelo do custo, uma vez que os fatores outrora apresentados não têm necessariamente de ter evidência empírica contra, e mesmo assim não foi possível encontrar para os AFT.

Já no que concerne ao estudo empírico, usou-se a base de dados SABI como fonte para as amostras estudadas, no entanto várias rubricas alvo de análise não apresentavam dados nos sete anos de análise, bem como o último ano de dados disponibilizados antecedia 2021, pelo que essa falta de informação impactou negativamente a amostra estudada.

Por fim, ainda no estudo empírico, a disponibilização de notas explicativas relativamente aos impostos diferidos, bem como a evidência explícita da rubrica “excedentes de revalorização” ou “reservas de reavaliação” nos relatórios e contas das empresas tornou-

se a principal limitação no caso de estudo apresentado, bem como a falta de acesso aos relatórios e contas.

4.3 Sugestões de investigação futura

Como foi possível verificar na secção 3.3, a adoção do modelo de revalorização teve um acréscimo no ano de 2020 nas sociedades anónimas não cotadas em bolsa, assim sugere-se como trabalho futuro o estudo impacto da covid-19 na adoção do modelo de revalorização. Por outro lado, neste estudo não foi identificada evidência empírica contra o modelo do custo, no entanto, dos resultados obtidos nesta investigação resultou uma conclusão contrária à literatura no que respeita ao ROE e ao ROA, pelo que se sugere o estudo das causas destas conclusões contrárias.

Adicionalmente, sugere-se a aplicação do caso de estudo presente nesta dissertação, relativamente aos impostos diferidos, a empresas do mesmo setor de atividade e complementarmente efetuar a mesma análise tendo por um lado a adoção do modelo do custo e do outro a adoção do modelo de revalorização. Para além disso, é importante destacar que apenas foi abordado o tema dos passivos por imposto diferidos, pelo que se sugere, para investigação futura, a abordagem dos ativos por impostos diferidos e, portanto, será necessário identificar as empresas que possuem os seus AFT em imparidade.

Por fim, num mundo cada mais digital, sugere-se como trabalho futuro a análise do impacto da tecnologia, nomeadamente a inteligência artificial, na adoção do modelo de revalorização dos AFT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboody, D., Barth, M. E., & Kasznik, R. (1999). Revaluations of fixed assets and future firm performance: Evidence from the UK. *Journal of Accounting and Economics*, 26, 149-178.
[https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(98\)00040-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(98)00040-8)
- Barlev, B., Fried, D., Haddad, J. R., & Livnat, J. (2007). Reevaluation of revaluations: A cross-country examination of the motives and effects on future performance. *Journal of Business Finance and Accounting*, 34(7-8), 1025-1050.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2007.02019.x>
- Barth, M. E., & Clinch, G. (1998). Revalued Financial, Tangible, and Intangible Assets: Associations with Share Prices and Non-Market-Based Value Estimates. *Journal of Accounting Research*, 36, 199-233.
<https://doi.org/10.2307/2491314>
- Brown, P., Izan, H., & Loh, A. L. (1992). Fixed Asset Revaluations and Managerial Incentives. *ABACUS*, 28(1), 36-57.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1992.tb00268.x>
- Calais, N. M., & Saraiva, H. I. B. (2018). Breve resenha histórica sobre a normalização contabilística nacional. *Actas Do XVIII Encontro AECA*, 20-21 Setembro, Lisboa, Portugal. ISBN:978-84-16286-48-5
http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/3940/1/hsaraiva_411-1.apdf.pdf
- Cardao-Pito, T. & Barros, J. (2016). The application of “fair value” accounting standards to the income statements of companies listed in the Portuguese Stock Index-20 (PSI-20). *Review of Business Management*, 18(59), 67-87.
<https://doi.org/10.7819/rbgn.v18i59.2470>

- Caria, A. A., & Rodrigues, L. L. (2014). The evolution of financial accounting in Portugal since the 1960s: A new institutional economics perspective. *Accounting History*, 19(1–2), 227–254.
<https://doi.org/10.1177/1032373213511319>
- Cheng, A. C. S., & Lin, S. W. J. (2009). When do firms revalue their assets upwards? Evidence from the UK. *International Journal of Accounting & Information Management*, 17(2), 166–188.
<https://doi.org/10.1108/18347640911001212>
- Cho, H., Chung, J. R., & Kim Y. J. (2021). Fixed asset revaluation and external financing during the financial crisis: Evidence from Korea. *Pacific-Basin Finance Journal*, 67, 2-17.
<https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2021.101517>
- Choi, T. H., Pae, J., Park, S., & Song, Y. (2013). Asset revaluations: Motives and choice of items to revalue. *Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics*, 20(2), 144–171.
<https://doi.org/10.1080/16081625.2012.719858>
- Christensen, H. B. & Nikolaev, V. V. (2013). Does fair Value Accounting for Non-Financial Assets Pass the Market Test? *Review of Accounting Studies*, 18, 734-775.
<https://doi.org/10.1007/s11142-013-9232-0>
- Conceição, C. R. (2015). *Determinantes da escolha do modelo de revalorização na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis em Portugal e no Brasil* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.
<http://hdl.handle.net/10400.22/7872>
- Costa, C. B. (1995). La normalización contable en Portugal. *Actas do VIII Congresso AECA - Internacionalización de La Empresa. Un Desafío Para El 2000*, 27-29 Setembro, 1, 243–264, Sevilha, Espanha. ISBN 84-86414-71-7

- Cotter, J., & Zimmer, I. (1995). Asset Revaluations and Assessment of Borrowing Capacity. *ABACUS*, 31(2), 136-151.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1995.tb00359.x>
- Courtenay, S. M., & Cahan, S. F. (2004). The impact of debt on market reactions to the revaluation of noncurrent assets. *Pacific Basin Finance Journal*, 12(2), 219–243.
[https://doi.org/10.1016/S0927-538X\(03\)00021-0](https://doi.org/10.1016/S0927-538X(03)00021-0)
- Dinis, C. R. (2013). *O uso do Justo Valor na Mensuração dos Ativos Fixos*. [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão]. Repositório da Universidade de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10400.5/6537>
- Easton, P. D., Edey, P. H., & Harris, T. S. (1993). An Investigation of Revaluations of Tangible Long-Lived Assets. *Journal of Accounting Research*, 31, 1-37.
<https://doi.org/10.2307/2491161>
- Emanuel, D. M. (1989). Asset revaluations and share price revisions. *Journal of Business Finance e Accounting*, 16(2), 213-225.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1989.tb00014.x>
- Esteves, P. R. (2015). *Impacto no relato financeiro do justo valor para as propriedades de investimento*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.
<http://hdl.handle.net/10400.22/7873>
- Falcão, A. F., Silva, C. M., & Gonçalves, M. (2019). Normalização contabilística em Portugal depois do 25 de Abril de 1974. *XX Congresso Internacional AECA*, 25-27 Setembro, 2019, Málaga, Espanha.
<https://xxcongreso.aeca.es/wp-content/uploads/2019/09/12e.pdf>
- Faria, R. Q., dos Santos, A. R. P., Amorim, D. J., Cantão, R. F., da Silva, E. A. A., & Sartori, M. M. P. (2020). Probit or Logit? Which is the better model to predict the longevity of seeds? *Seed Science Research*, 30, 49–58.

[https:// doi.org/10.1017/S0960258520000136](https://doi.org/10.1017/S0960258520000136)

Ferreira, R. F. (1984). *Normalização contabilística* [Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11735>

Gomes, B. A. (2021). *Determinantes da escolha do modelo de mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro]. Repositório da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/32949>

Herrmann, D., Saudagaran, S. M. & Thomas, W. B. (2006). The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. *Accounting Forum*, 30, 43-59. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2005.09.001>

Hosmer, D. & Lemeshow, S. (2000). *Applied Logistic regression* (2.^a ed). Canada: John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/0471722146>

Iatridis, G. E., & Kilirgiotis, G. (2012). Incentives for fixed asset revaluations: The UK evidence. *Journal of Applied Accounting Research*, 13(1), 5–20. <https://doi.org/10.1108/09675421211231871>

Jaggi, B., & Tsui, J. (2001). Management Motivation and Market Assessment: Revaluations of Fixed Assets. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 12(2), 160–187. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1467-646X.00070>

Kaur, A. & Kumar, R. (2015). Comparative Analysis of Parametric and Non-Parametric Tests. *Journal of Computer and Mathematical Sciences*, 6(6), 336-342.

- Lin, Y. C., & Peasnell, K. v. (2000). Fixed Asset Revaluation and Equity Depletion in the UK. *Journal of Business Finance and Accounting*, 27(3–4), 359–394.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1111/1468-5957.00317>
- Lira, M. C. (2011). O ensino da Contabilidade em Portugal no século XVIII:a Aula do Comércio. *Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade*, 5(1), 50–72.
<https://doi.org/10.17524/repec.v5i1.195>
- Marra, A. (2016). The pros and cons of fair value accounting in a globalized economy. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 31(4), 582-591.
<https://doi.org/10.1177/0148558X16667316>
- Nijam, H. M. (2018). Motives for Reporting Fixed Assets at Revalued Amount: Evidence from a Developing Economy. *Global Business Review*, 19(3), 604–622.
<https://doi.org/10.1177/0972150917735918>
- Oliveira, A. (2009). *Do Imobilizado corpóreo aos ativos fixos tangíveis: um caso real do processo de transição* [Projeto de Mestrado em Contabilidade, ISCTE Business School]. Repositório do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10071/1850>
- Pinheiro, C., Azevedo, G., & Cruz, S. (2013). Do POC ao SNC: evolução e aspetos diferenciadores. *Revista Portuguesa de Contabilidade*, 3(10), 3–22.
<http://hdl.handle.net/10773/12155>
- Rodrigues, L. L., Gomes, D., & Craig, R. (2003). Aula do Comércio: primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo? *Revista Da Câmara Dos Técnicos Oficiais de Contas*, 34, 46–54.
<https://pt.calameo.com/read/0003249817bfd33386fdd>
- Sanahuja, A. (2014). *Fair value versus historical cost valuation for non-financial fixed assets: how is financial information affected?* [Trabalho Final de licenciatura, Universitat Jaume I]. Repositório da Universitat Jaume I.
<http://hdl.handle.net/10234/109761>

Santinha, I. M. (2018). *Os Determinantes das Revalorizações nas Empresas Portuguesas sem Valores Cotados em Bolsa* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro.

<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/24856/1/Documento.pdf>

Sharpe, I. G., & Walker, R. G. (1975). Asset Revaluations and Stock Market Prices. *Journal of Accounting Research*, 13(2), 293–310.

<https://doi.org/10.2307/2490366>

Shin, G. H., & Willis, V. F. (2014). Asset revaluations under International Accounting Standard 16: evidence from Korea. In *International Journal of Business, Accounting, and Finance*, 8(2), 21-36.

[https://web.s.ebscohost.com/bsi/detail/detail?vid=3&sid=ee547cb9-05cd-4a0e-a425-](https://web.s.ebscohost.com/bsi/detail/detail?vid=3&sid=ee547cb9-05cd-4a0e-a425-90f84218f70e%40redis&bdata=JnNpdGU9YnNpLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=99771206&db=bth)

[90f84218f70e%40redis&bdata=JnNpdGU9YnNpLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=99771206&db=bth](https://web.s.ebscohost.com/bsi/detail/detail?vid=3&sid=ee547cb9-05cd-4a0e-a425-90f84218f70e%40redis&bdata=JnNpdGU9YnNpLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=99771206&db=bth)

Vieira, C. G. S. (2019). *Fatores que determinam a opção pelo modelo de revalorização facultativo de ativos pelas empresas portuguesas*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto.

<https://hdl.handle.net/10216/123419>

Yilmaz, K. (2013). Comparison of Quantitative and Qualitative Research Traditions: epistemological, theoretical, and methodological differences. *European Journal of Education*, 2(48), 311-325.

<https://doi.org/10.1111/ejed.12014>

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS

Comissão de Normalização Contabilística (1995). Diretriz Contabilística n.º 16 - Reavaliação de ativos imobilizados tangíveis.

http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Directrizes/Dir16_reavaliacoes.pdf

Comissão de Normalização Contabilística (2017). Orientação Técnica n.º 3 – Reavaliação fiscal dos Ativos Fixos Tangíveis (Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de Novembro).

https://www.cnc.min-financas.pt/pdf/Orientacoes_tecnicas/OT_3.pdf

Código do Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (CIRC).

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/codigos_tributarios/CIRC_2R/Pages/circ-codigo-do-irc-indice.aspx

Código das Sociedades Comerciais (CSC).

<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1986-34443975>

Construções Gabriel Couto, S.A. (2021). Relatório e Contas de 2021.

https://www.gabrielcouto.pt/rc/rc_2021_pt.pdf

Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro. Diário da República n.º 31/1977, 2º Suplemento, Série I.

https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_047_77.htm

Decreto-lei n.º 410/89 de 21 de Novembro. Diário da República n.º 268/1989, Suplemento, Série I, pp. 5112.

https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_410_89_POC.htm

Decreto-lei n.º 66/2016 de 3 de novembro. Diário da República n.º 211/2016, Série I, pp. 3881 – 3885.

<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/66-2016-75644167>

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro. Regime das depreciações e amortizações.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/outros_diplomas/Documents/Dec_Regulamentar25_2009.pdf

Gabriel Couto (2021). Relatório e Contas 2021.

https://www.gabrielcouto.pt/rc/rc_2021_pt.pdf

Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 (NCRF 7).

http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_07_activos_fixos_tangiveis.pdf

Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Norma Contabilística e de Relato Financeiro 25 (NCRF 25).

http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/SNC_projecto/NCRF_25_impostos_rendimento.pdf

Toyota Caetano Portugal, S.A. (2022). *Relatório e Contas 2022*.

https://toyotacaetano.pt/wp-content/uploads/sites/24/2023/05/2023_04_30-TCAP-Relatorio-Anual-2022-PT_VF_compressed-1.pdf

Apêndice – modelo de revalorização – imóvel – revalorização livre

No início de 2017, a empresa ABC, Lda., adquiriu a pronto pagamento, um imóvel por 230.000€ (valor do terreno: 80.000€), ao qual foi atribuída uma vida útil de 20 anos e valor residual nulo, sendo utilizado o método da linha reta no registo das suas depreciações. Em 2020, a entidade decidiu adotar o modelo de revalorização. O justo valor do imóvel a 31/12/2020 e a 31/12/2021 era de 250.000€ e 100.000€, respetivamente. Efetue os registos contabilístico aquando e após a adoção do modelo de revalorização. Considere taxa de imposto de 21%.

Resolução:

31/12/2020:

Lançamento n.º 1 – Ajuste da quantia escriturada por contrapartida das depreciações acumuladas

Conta	Débito	Crédito
AFT – Edifícios	37.500	
AFT – Terrenos	20.000	
AFT – Depreciações acumuladas		7.500
Capital Próprio – Outros excedentes – antes do imposto s/ rendimento		50.000

Lançamento n.º 2 – Reconhecimento do passivo por impostos diferidos

Conta	Débito	Crédito
Capital Próprio – Outros excedentes – impostos diferidos	10.500	
Outras contas a pagar e a receber – Passivo por impostos diferidos		10.500

31/12/2021:

Lançamento n.º 3 – Depreciações do período

Conta	Débito	Crédito
Gastos de depreciação e amortização – AFT	9.375	
AFT – Depreciações acumuladas		9.375

Lançamento n.º 4 – Realização do excedente de revalorização

Conta	Débito	Crédito
Capital Próprio – Outros excedentes – antes do imposto s/ rendimento	1.875	
Capital Próprio – Resultados transitados		1.875

Lançamento n.º 5 – Reversão do passivo por impostos diferidos

Conta	Débito	Crédito
Outras contas a pagar e a receber – Passivo por impostos diferidos	393,75	
Resultado líquido do período – imposto s/ rendimento - imposto diferido		393,75

Lançamento n.º 6 – Realização do excedente de revalorização relativa ao imposto diferido

Conta	Débito	Crédito
Capital Próprio – Resultados transitados	393,75	
Capital Próprio – Outros excedentes – impostos diferidos		393,75

Lançamento n.º 7 – Reversão do excedente de revalorização

Conta	Débito	Crédito
Capital Próprio – Outros excedentes – antes do imposto s/ rendimento	48.125	
AFT – Depreciações acumuladas	9.375	
AFT – Edifícios		37.500
AFT – Terreno		20.000

Lançamento n.º 8 – Reconhecimento de perdas por imparidade

Conta	Débito	Crédito
Perdas por imparidade – em AFT	92.500	
Capital Próprio – Outros excedentes – impostos diferidos		92.500

Cálculos auxiliares lançamento N.º 1:

Quantia escriturada do imóvel = Custo de aquisição – Depreciações acumuladas – Perdas por imparidade acumuladas = 230.000 – 30.000 = 200.000€

- Custo de aquisição = 230.000€
- Depreciações acumuladas = $\frac{150.000}{20} * 4 = 30.000€$
 - Nota: o terreno não é depreciable
- Perdas por imparidade = 0
- $QE_{edifício} = 150.000 - 30.000 = 120.000€$
- $QE_{terreno} = 80.000€$

Justo valor do imóvel = 250.000€

$$\text{Índice} = \frac{250.000}{200.000} = 1,25$$

Ajuste da QE do edifício = 150.000 * 1,25 – 150.000 = 37.500€

Ajuste da QE do terreno = 80.000 * 1,25 - 80.000 = 20.000€

Ajuste das depreciações acumuladas = 30.000 * 1,25 – 30.000 = 7.500€

Cálculos auxiliares lançamento N.º 2:

Passivo por impostos diferidos = 50.000 * 21% = 10.500€

Cálculos auxiliares lançamento N.º 3:

Depreciação do período antes da revalorização = $\frac{150.000}{20} = 7.500€$

Depreciação do período após revalorização = 7.500 * 1,25 = 9.375€

Cálculos auxiliares lançamento N.º 4:

Realização do excedente de revalorização = 9.375 – 7.500 = 1.875€

Cálculos auxiliares lançamento N.º 5 e N.º 6:

Reversão do passivo por imposto diferido (montante tributado em imposto corrente) =
 $1.875 * 21\% = 393,75\text{€}$

Cálculos auxiliares lançamento N.º 7:

QE imóvel = $250.000 - 9375 = 240.625\text{€}$

JV = 100.000€

Saldo a crédito de excedentes de revalorização = $50.000 - 1.875 = 48.125$

JV – QE = $100.000 - 240.625 = 140.625 \rightarrow$ reverter excedente em 48.125

Índice = $\frac{48125}{240625} = 0,2$

Ajuste Edifício = $(150.000 + 37.500) * 0,2 = 37.500$

Ajuste do terreno = $(80.000 + 20.000) * 0,2 = 20.000$

Ajuste das depreciações acumuladas = $(30.000 + 7.500 + 9375) * 0,2 = 9375$

Cálculos auxiliares lançamento N.º 8:

JV – QE = 140.625€

Já se reconheceram 48.125€ através da reversão do excedente de revalorização.

Portanto, o remanescente 92.500€ ($140.625 - 48.125$) é reconhecido em perdas por imparidade.